

Sexo frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro

*Ana Flávia Machado
Ana Maria Hermeto C. de Oliveira
Simone Wajnman*

Apresentação

A publicação Gelre Coletânea – Série Estudos do Trabalho – uma iniciativa da Gelre, empresa especializada em Relações Humanas no Trabalho – chega ao seu terceiro fascículo. Desta vez, apresenta “Sexo Frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro”, de Ana Flávia Machado, Ana Maria Hermeto C. de Oliveira e Simone Wajnman. A exemplo dos anteriores, este ensaio inédito resulta da parceria entre a empresa de RH e uma universidade, no caso a Federal de Minas Gerais, onde as autoras atuam como professoras. Essa série visa colaborar com o desenvolvimento da rede de relações que envolvem o setor trabalhista no Brasil, desta vez provocando a discussão sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

O estudo dessas pesquisadoras tem como fontes básicas de dados a PNAD e o Censo Demográfico, tendo sido analisado o período entre 1982 e 2003. Sua preocupação maior foi abordar as diferenças de inserção no mercado de trabalho entre os dois sexos com, inclusive, o detalhamento de algumas regiões. O novo papel da mulher na sociedade, conquistado a partir dos movimentos feministas, surge ainda marcado pelos diferenciais de rendimento por sexo e a segregação a qual essas trabalhadoras são submetidas no País.

Empresa que há 42 anos lida com mercado de trabalho em todas as regiões do Brasil, a Gelre, com essa série de estudos, consolida sua proposta de contribuir para a divulgação de dados sólidos de estudo e, conseqüentemente, provocar a discussão entre todos aqueles que articulam o Trabalho no País. Sempre, é claro, no sentido de melhorar as condições econômicas brasileiras, como, neste caso, a das mulheres.

Índice

Prefácio	6
Introdução	8
Evolução da condição de atividade e ocupação feminina	
Taxa de atividade feminina	10
Desemprego	15
Ocupação	21
Diferenciais de salários	
Os diferenciais salariais por sexo	26
Segregação ocupacional	
A segregação ocupacional por sexo no Brasil	33
Grupos de ocupação	35
Ramos de atividade	41
Tipologia de integração das ocupações	43
Incompatibilidade entre curso superior concluído e ocupação	50
Considerações finais	55
Referências bibliográficas	60
Anexo	61
Biografia das autoras	65
Sobre o CEDEPLAR/UFMG	66
Sobre a Organização Gelre	67

| PREFÁCIO

Trabalho para seres humanos

Não só no Brasil, mas em muitos países, está em andamento uma mudança na situação da mulher no trabalho, tanto dentro quanto fora do lar. Os dados contidos neste estudo e as interpretações dadas pelas autoras falam sobre este tema.

Um dos aspectos levantados me intriga, em especial, porque aparece em todas as estatísticas e estudos, nacionais e estrangeiros. É o fato de ainda se manter, apesar de estar se reduzindo constantemente, o fenômeno de que as mulheres recebem menos do que os homens pelo mesmo trabalho.

Nas empresas com as quais tenho relações profissionais, esse não é o caso. Há sistemas salariais que não fazem essa distinção. Isto me faz pensar que talvez o fenômeno não se explique exclusivamente pela discriminação que possa existir em setores das diversas sociedades.

É possível que, em parte, esta diferença seja resultado também de fatores psicológicos e da lei da oferta e procura. Já estamos numa fase da evolução no mundo do trabalho na qual a preparação profissional não falta às mulheres. Muitas moças estão mais determinadas a entrar no mercado de trabalho do que muitos rapazes. Está evidente que, na hora de serem contratadas, várias delas também estão dispostas a aceitar menor remuneração.

Se os homens são o sexo forte, não tenho dúvida de que as mulheres são o sexo resistente. Falar de sexo frágil é talvez lisonjeador para os homens, mas não corresponde à realidade. As mulheres, em média, são mais determinadas, perseverantes e, sobretudo, realistas.

Penso que este estudo é oportuno e adequado. Oportuno pelo fato de o assunto estar constantemente na atenção da opinião pública, e adequado por ampliar a visão sobre o tema, trazendo informações complementares, colocando-as de maneira a dar uma visão do conjun-

to, e com uma interpretação abalizada. O objetivo desta coletânea está assim sendo realizado. Este terceiro estudo é bem complementar aos dois anteriores. O primeiro sobre a deterioração da renda da classe média, e o segundo jogando mais luz sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Somos gratos às autoras pela excelente pesquisa que, esperamos, seja útil para os que estudam o nosso mercado de trabalho e buscam caminhos para aumentar as possibilidades para todos os brasileiros, sem distinção.

Jan Wiegerinck, presidente da Organização Gelre

Introdução

O século XX foi um marco em vários aspectos. Dentre as mudanças observadas, a que talvez mais tenha se destacado, em termos do interesse de pesquisadores das ciências sociais, é o aumento da participação da mulher em várias instâncias, tais como política, social, cultural e no âmbito econômico. Por razões já apontadas na literatura e aqui relembradas no texto que se segue, a mulher do início do século XX dificilmente se reconheceria na mulher do seu final.

As questões de gênero passam, portanto, a importar, na medida em que a mulher passa a freqüentar territórios, antes, integralmente masculinos. Como bem apontado por Goldin (2002), a divisão sexual do trabalho é algo antigo, o que há de novo é o aprofundamento das diferenças de gênero no mercado de trabalho. A profundidade das mudanças ocorridas no mundo do trabalho é intensa e deve durar por muito tempo. E essas distinções de gênero surgem muito mais porque homens e mulheres são tratados como dois grupos isolados do que como indivíduos em separado.

No Brasil, a situação não é diferente da do resto do mundo. As mulheres, cada vez mais, se constituem em força política e produtiva atuante, mas como residem em um país marcado pela desigualdade na distribuição da renda, formam um dos grupos demográficos mais atingidos pelo revés proporcionado por este contexto.

Assim, considerando tal aspecto, pretende-se abordar neste estudo as diferenças de inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres no Brasil, quando possível, desagregando em grandes regiões e em algumas metrópoles. A principal fonte de dados é a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD/IBGE) e, de forma secundária, o Censo Demográfico (IBGE).

Na primeira parte, descreve-se a evolução da taxa de atividade, de desemprego e de ocupação feminina em contraposição à masculina,

tendo-se por referência o período de 1982 a 2003. Na segunda, analisam-se os diferenciais de rendimento por sexo, enfatizando questões relativas à discriminação no mercado de trabalho. Por fim, na terceira parte, identifica-se, recorrendo a tipologias ocupacionais, a segregação a qual a mulher é submetida no mercado de trabalho brasileiro.

Evolução da condição de atividade e ocupação feminina

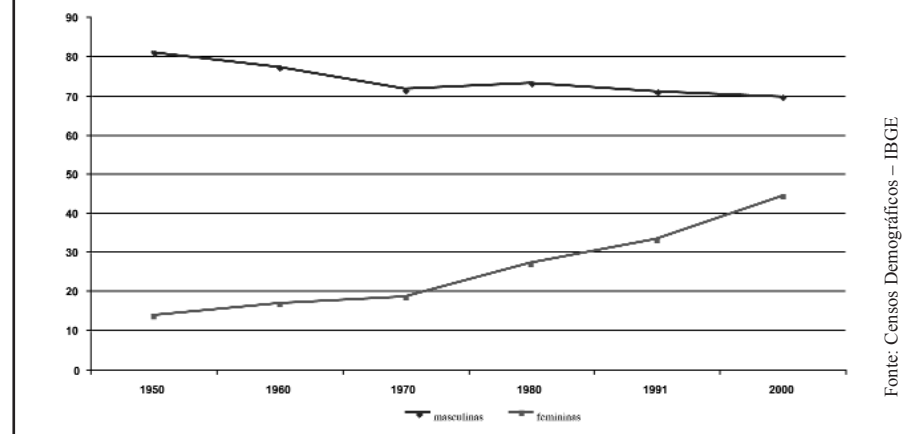
TAXA DE ATIVIDADE FEMININA

Nos últimos cinquenta anos, um dos fenômenos que mais chamou atenção foi o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, a tal ponto que, hoje, já se fala, em alguns países, entre eles, o Brasil, em tendência à convergência da taxa de atividade.

Pode-se definir, quantitativamente, esse fenômeno por intermédio da relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA). A PEA traduz a oferta de trabalho efetiva, ou seja, o conjunto de indivíduos que trabalham e/ou estão à procura sistemática de trabalho. A PIA, por sua vez, reflete a oferta potencial de trabalho, na medida em que considera toda a população com idade superior a dez anos. Esta relação é denominada taxa de atividade.

O GRÁFICO 1 evidencia a evolução da taxa de atividade de homens e de mulheres de 1950 a 2000. Observa-se que a taxa de atividade masculina permanece praticamente estável, com ligeiro declínio nos anos 60. Em 1950, a taxa era um pouco superior a 80%, passando a cerca de 70%, em 2000. Este comportamento pode ser explicado, fundamentalmente, pelo processo de urbanização que retirou a importância das atividades agrícolas na estrutura produtiva brasileira, reduzindo a inserção de jovens e idosos no trabalho de pequena produção agrícola. Além disso, a urbanização é acompanhada por estímulo à educação formal, alimentado ou não por políticas específicas, assim como por constituição de um processo de relações de trabalho que inibem o recurso ao trabalho infantil como também regulam o sistema previdenciário. A combinação desses mecanismos explica a redução da participação masculina no mercado de trabalho, redução essa que ocorre, em maior medida, entre os homens jovens e os idosos.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS REFINADAS DE ATIVIDADE FEMININAS E MASCULINAS
BRASIL - 1950 A 2000



Por outro lado, a taxa de atividade feminina cresceu cerca de 30 pontos percentuais nos últimos 50 anos no Brasil. A tendência de crescimento histórico da participação feminina tem ocorrido na maior parte dos países e as causas para este aumento são múltiplas. O processo histórico de elevação de sua participação pode ser explicado a partir de uma combinação de fatores culturais, econômicos, demográficos e institucionais.

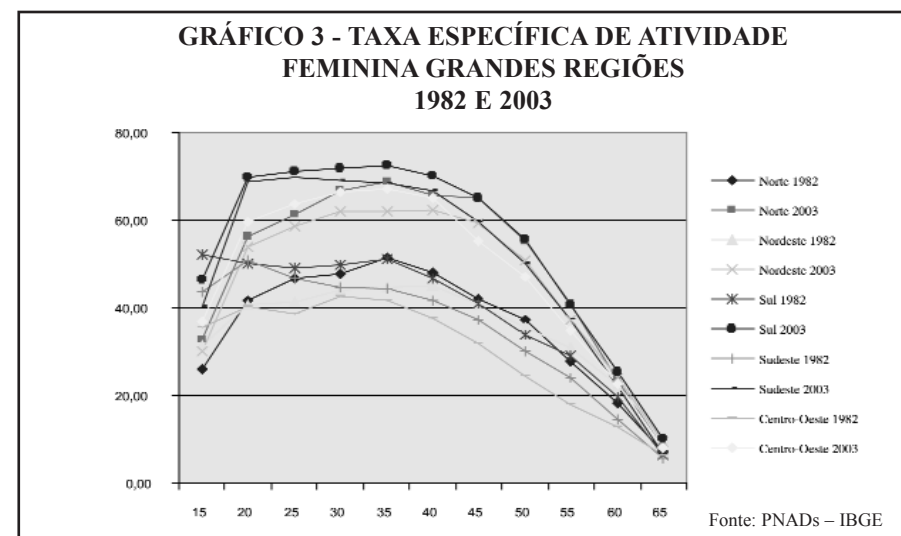
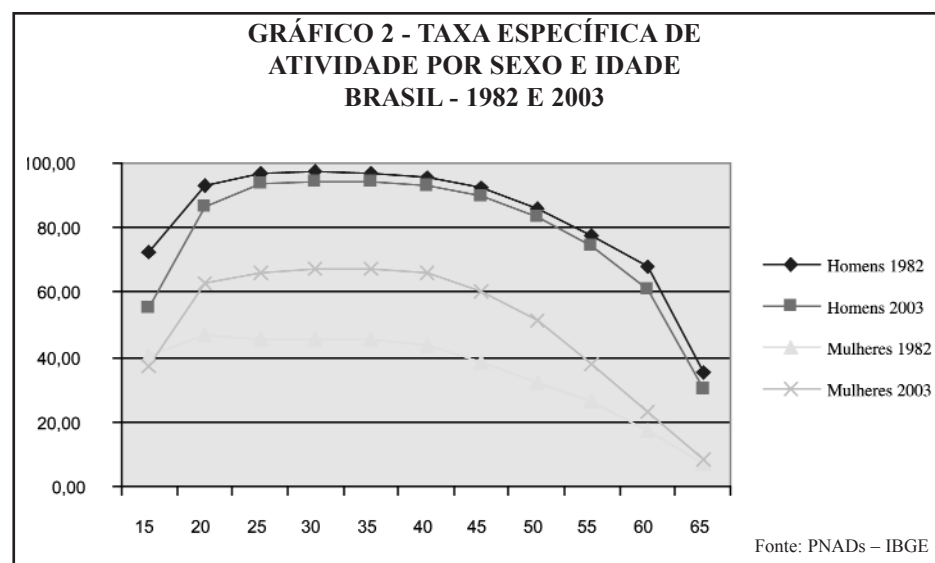
Entre os fatores culturais, os movimentos feministas dos anos setenta constituem-se o melhor exemplo da construção de um novo papel para a mulher na sociedade, questionando padrões de comportamento dentro e fora do lar. Identificam-se mudanças nas expectativas sociais quanto ao papel das mulheres e nas suas expectativas pessoais, isto é, não desempenhar somente o papel de mães, mas também de trabalhadoras, já que a perspectiva de realização pessoal passa a englobar outras funções, além da maternidade. A frequência de dissoluções de casamentos é um indício dessa mulher assumida como um ser

autônomo. No âmbito econômico, o fim dos anos dourados e as sucessivas crises econômicas a partir do final dos anos 60 impõem à mulher a necessidade de entrada no mercado de trabalho para complementação da renda familiar. Em alguns segmentos do universo feminino, esse início foi circunstancial e extemporâneo, com mais um trabalhador contribuindo na divisão de trabalho domiciliar. Mas, em outros segmentos, com o aumento da escolaridade e a liberdade conquistada, deu-se de forma permanente.

No que tange às questões demográficas, a redução da fecundidade e a diminuição do tamanho das famílias possibilitaram a realocação de tempo entre trabalho dentro e fora do lar. Ademais, a produção de eletrodomésticos reduziu ainda mais a necessidade de apropriação de tempo para tarefas domésticas. No Brasil, assim como em outros países com semelhante nível de desenvolvimento, não foi diferente, a não

ser por mais um fator de estímulo à entrada da mulher no mercado de trabalho: a expressiva presença do trabalho remunerado doméstico assim como de atividades informais facilitaram a atividade laboral feminina. Ao mesmo tempo em que essas atividades geram renda, por serem, em sua maioria, de auto-ocupação, criam condições para as mulheres definirem sua jornada, combinando os afazeres domésticos com o trabalho remunerado (Wajnman, 2005, apud Wajnman, Perpétuo, 1997, Wajnman, Queiroz e Liberato, 1998).

Considerando as taxas de atividade segundo perfil etário de homens e mulheres no Brasil em dois pontos de um período mais recente, 1982 e 2003, observa-se um descolamento da curva feminina durante este período. Além disso, verifica-se que o mesmo ocorreu em todos os grupos etários, com exceção da faixa de 15 a 19 anos, onde se registra aumento da taxa de participação da mulher. No caso dos homens, os dois perfis se sobrepõem, excetuando-se as faixas etárias mais jovens,



para as quais os motivos já explicitados acima se fazem refletir (GRÁFICO 2).

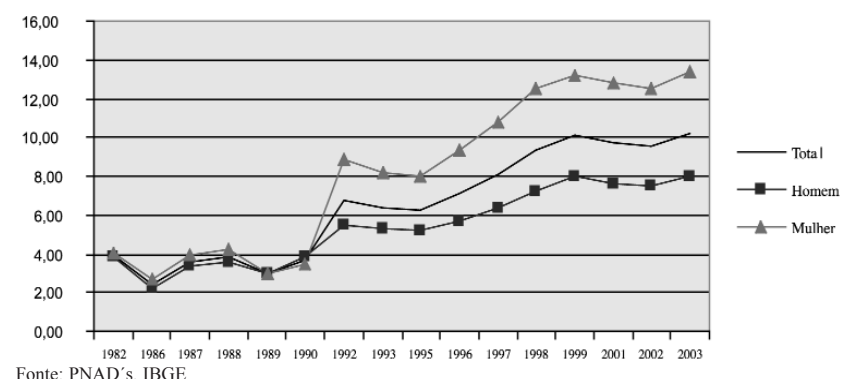
No GRÁFICO 3, que ilustra o comportamento das taxas específicas de atividade das mulheres nas grandes regiões brasileiras, nota-se que a mudança do perfil de participação entre 1982 e 2003 é mais intensa na região Centro-Oeste, seguida pela Sul e Sudeste no pico da idade ativa, entre 30 e 45 anos. No ano de 2003, a região Sul é a que apresenta maior participação da mulher no mercado de trabalho, seguida pela Sudeste até a faixa de 30 a 35 anos, a partir, de então, substituída, no *ranking*, pelas regiões Norte e Nordeste. Acima de 55 anos, a atividade feminina é maior nas regiões Sul e Nordeste. Provavelmente, as mulheres idosas são mais presentes no mercado de trabalho dessas regiões, em virtude da atividade agrícola e, no caso do Nordeste, em função, também, do nível de pobreza.

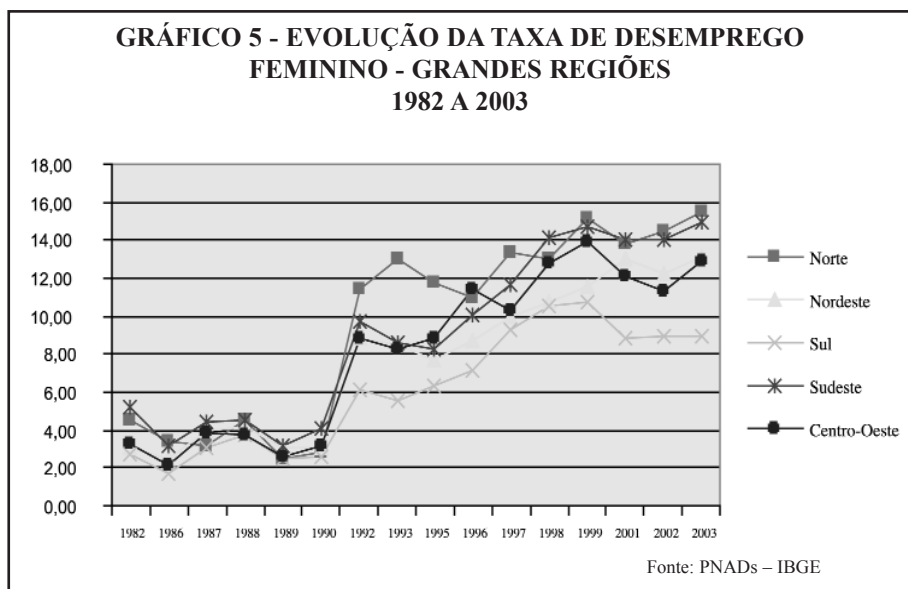
DESEMPREGO

O Brasil passou por grandes transformações econômicas e institucionais nos últimos vinte anos, que surtem efeitos diretos ou indiretos sobre o mercado de trabalho. A promulgação da Constituição de 1988, a liberalização econômica, a desregulamentação do mercado interno, a introdução de novas tecnologias de produção e gerenciamento, a privatização de estatais, e a implementação de planos de estabilização, em especial o Plano Real, são exemplos de processos pelos quais a economia brasileira passou no período. Os efeitos sobre o mercado de trabalho são muitos, mas o mais marcante foi o aumento do desemprego e as fortes alterações ocorridas na composição do mesmo.

Desse modo, o surpreendente crescimento da oferta de trabalho feminina foi acompanhado pelo aumento da taxa de desemprego entre 1982 e 2003. Na verdade, a partir dos anos 90, a taxa de desemprego muda de patamar para ambos os sexos (GRÁFICO 4).

**GRÁFICO 4 - TAXA DE DESEMPREGO
BRASIL, 1982 A 2003**

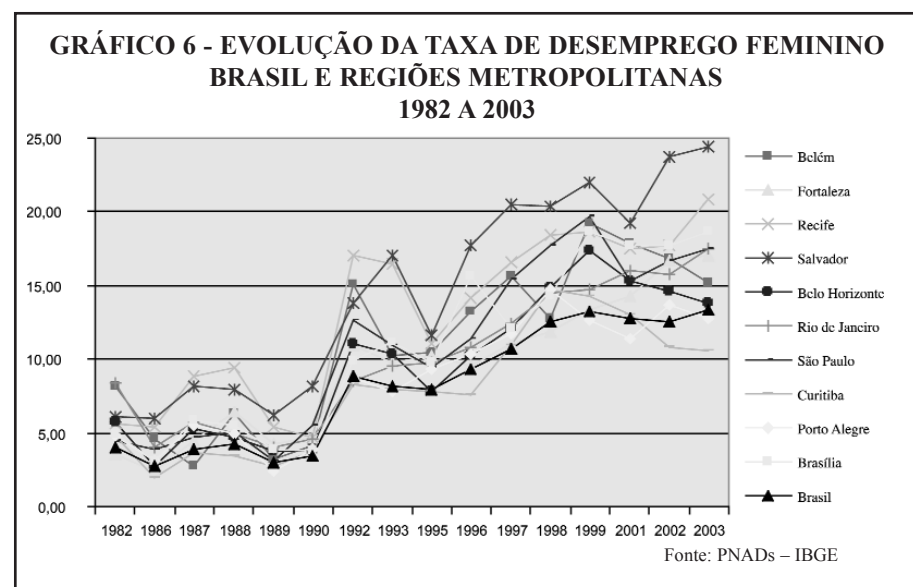




Até o início dos anos 90, a taxa de desemprego total oscilava entre 2% a 4% no Brasil e não havia distinção entre a taxa masculina e a feminina. A partir de 1992, a taxa de desemprego das mulheres descolou da masculina, alcançando cerca de 13%, em 2003, enquanto a masculina atinge o nível de 8% no mesmo ano.

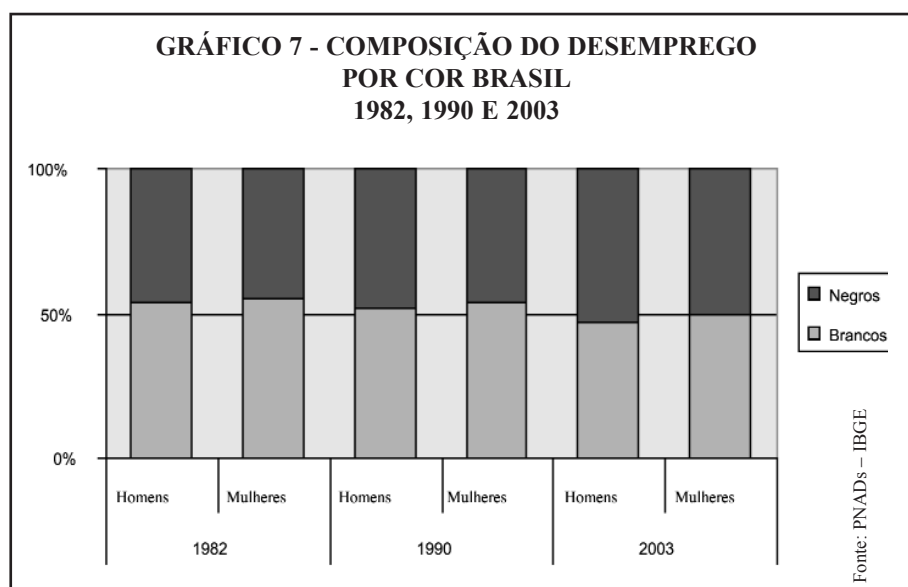
Assim, no Brasil, como um todo, as taxas de desemprego feminino apresentam tendência ascendente em todas as Grandes Regiões no período (GRÁFICO 5). A região Sul é a que apresenta as menores taxas ao longo da série (2,77%, em 1982, e 8,9%, em 2003), ao passo que a Norte, as maiores (4,5%, em 1982, e 15,5%, em 2003).

O desemprego é um fenômeno essencialmente urbano e as diferenças entre regiões metropolitanas no Brasil são evidentes (GRÁFICO 6). Todas as regiões selecionadas, com exceção de Curitiba, apresentam taxas de desemprego superiores ao Brasil ao longo do período. Até 1992, as metrópoles de Salvador e Recife oscilam entre o primeiro e segundo lugar nesta triste condição de metrópoles com maiores taxas de desemprego feminino. A partir de então, a de Salvador passa a exibir as taxas mais elevadas, distancian-



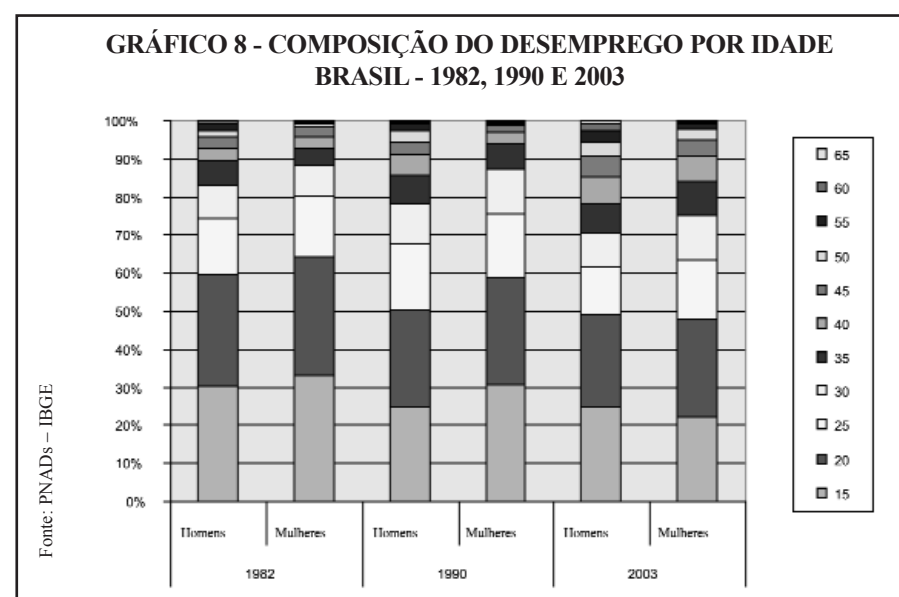
do-se das demais. Por outro lado, Curitiba e Porto Alegre, embora tenham suas taxas incrementadas no período, são as de menor nível, cerca de 10% e 12%, respectivamente. Tal comportamento diferenciado em magnitude sugere que há uma relação direta entre nível de pobreza e capacidade de absorção das mulheres no mercado de trabalho metropolitano no Brasil.

Alguns grupos são mais atingidos pelo desemprego. Nos anos selecionados da PNAD, 1982, 1990 e 2003, observa-se que os brancos, independente de sexo, tendem a estar mais presentes nesta condição. O ano de 2003 é, no entanto, uma exceção, porque a participação de negros, seja de homens ou de mulheres, passa a ser maior (GRÁFICO 7). Em 1990, 48,51% dos desempregados homens declaravam-se negros (pretos e pardos) e 46,26% das desempregadas assumiam a raça negra. Em 2003, essas participações são de 53% e 51%, respectivamente, quando a parcela de negros e negras na PEA é menor: 47,89% e 44,86%. Ou seja, além do aumento relativo da taxa de desemprego feminina (GRÁFICO 4), a população de mulheres que passa a ser mais



afetada pelo desemprego é a que tem mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho: as mulheres negras.

Ainda, analisando a composição do desemprego, nota-se que a participação de jovens (15 a 24 anos), embora elevada no desemprego - mais de 50% dos desempregados homens e mulheres - tende a diminuir entre os três anos analisados (GRÁFICO 8). Em 2003, os jovens representavam cerca de 45% dos desempregados do sexo masculino e 48% dos do feminino. Por um lado, esse é um resultado interessante, porque pode indicar que os jovens estejam preferindo terminar o ciclo educacional para ingressar no mercado de trabalho, como já sugerido na análise das taxas de atividade. Por outro, sugere também que, em virtude das circunstâncias pouco auspiciosas do mercado de trabalho, os jovens sintam-se desalentados, saindo da força de trabalho. Particularmente, sobre a questão feminina, nota-se que a participação das desempregadas com idade entre 35 e 45 anos aumenta relativamente mais do que a dos homens. Essa evidência é preocupante, uma vez que se trata da fase do ciclo de vida em que os indivíduos, de



uma maneira geral, tendem a ser mais produtivos.

Como o nível de escolaridade média no Brasil vem aumentando, em virtude dos programas de universalização do ensino básico, é de se esperar que, nos três anos selecionados, ocorra um aumento da participação de desempregados mais escolarizados, independente do sexo. Esse resultado pode ser identificado no GRÁFICO 9: aumenta a participação dos indivíduos com ensino fundamental completo (8 a 10 anos), ensino médio completo e superior incompleto (11 a 14 anos) e com nível superior completo (mais de 15 anos). Entretanto, esse aumento ocorre, em maior medida, entre mulheres. Obviamente, o fato de deterem um nível de escolaridade maior já tenderia a assegurar às mulheres maior participação no desemprego segundo níveis mais elevados de instrução, mas o que chama atenção é o ritmo de crescimento dessas partições por escolaridade nos três anos (veja TABELA 1).

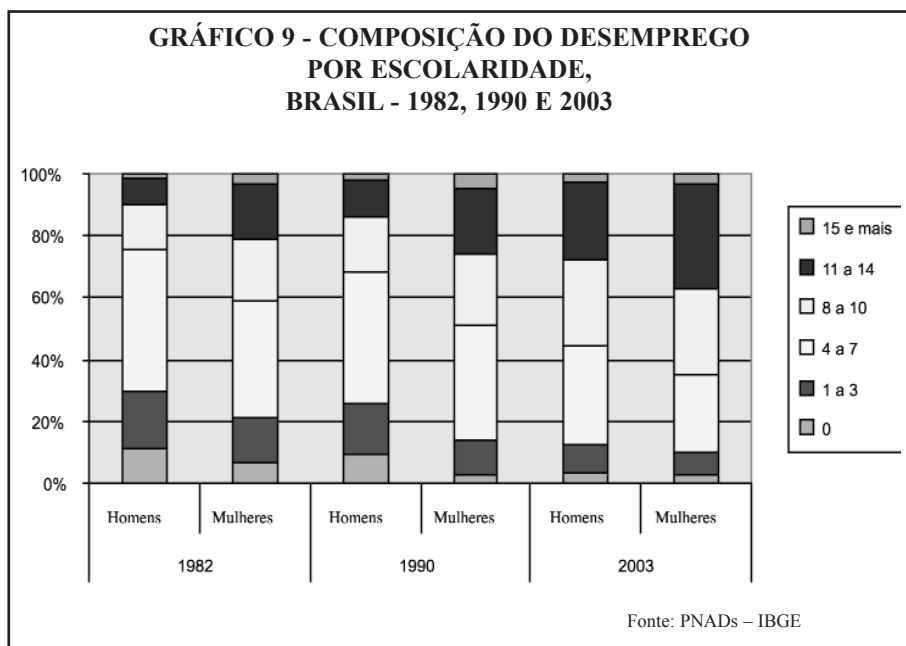


TABELA 1 - COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR ESCOLARIDADE

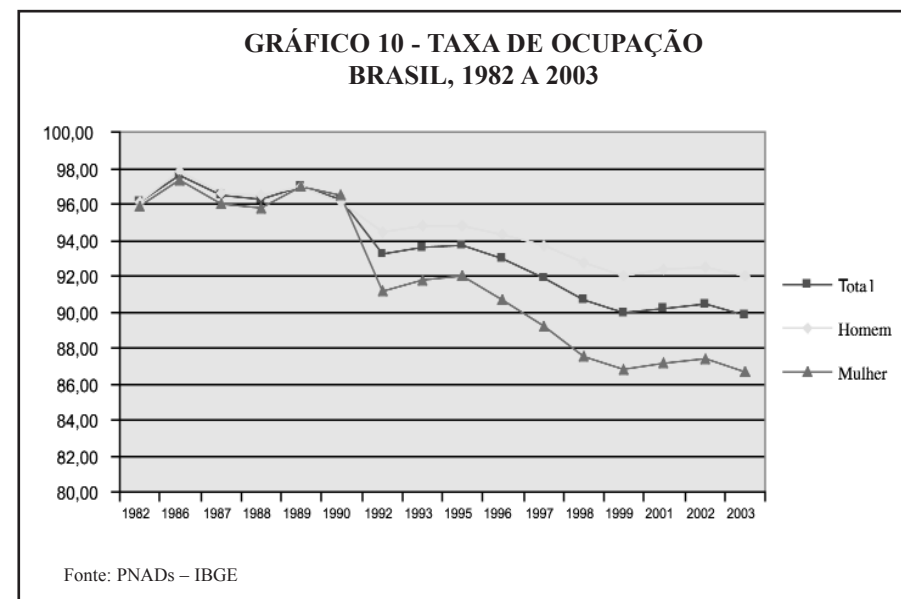
		Grupos de anos de estudo					
		0	1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	15 e mais
1982	Homens	10,95	19,17	45,30	14,76	8,47	1,35
	Mulheres	6,86	14,25	37,74	20,24	17,67	3,24
1990	Homens	8,99	16,54	42,47	18,21	12,09	1,70
	Mulheres	2,92	11,22	36,68	23,36	21,51	4,32
2003	Homens	3,25	9,65	31,27	28,09	25,04	2,71
	Mulheres	2,83	7,09	24,97	27,91	33,66	3,54

Fonte: PNAD's- IBGE

OCUPAÇÃO

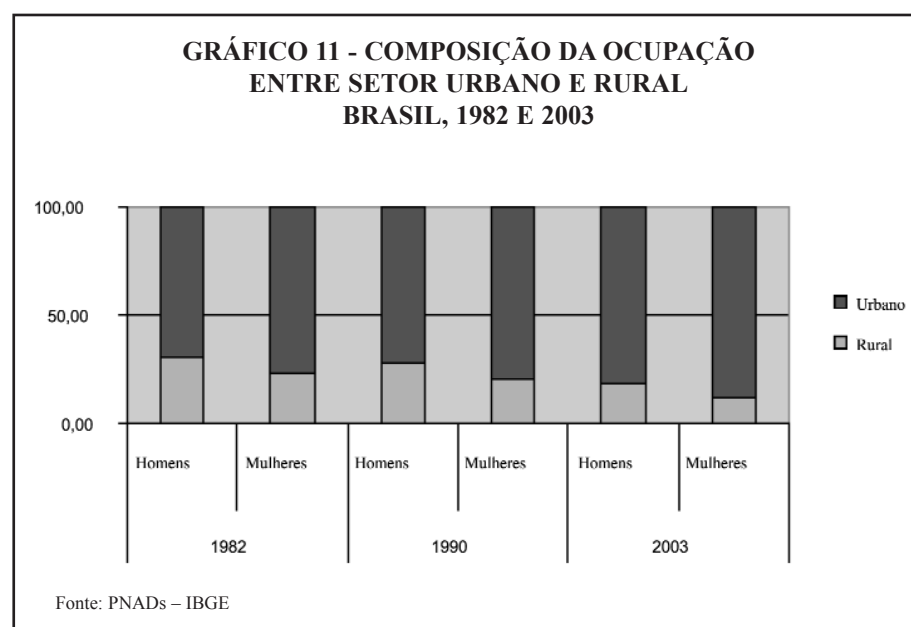
O conjunto de ocupados é o outro componente da População Economicamente Ativa. Assim, se a taxa de desemprego sobe é porque a taxa de ocupação está caindo. No GRÁFICO 10, pode-se visualizar a queda da taxa de ocupação para os dois sexos, mas, em maior medida, para as mulheres. Em 1982, a taxa feminina de ocupação era de 96% e, em 2003, cerca de 86,64%. Os homens, saindo de um mesmo nível em 1982, chegam a 92% em 2003. Provavelmente, a queda na taxa de ocupação feminina se deva a processos discriminatórios no mercado de trabalho assim como maior volatilidade da inserção da mulher na atividade produtiva.

Quando se divide a ocupação em setores urbano e rural, nos três



anos selecionados das PNADs, observa-se que a participação das atividades rurais na geração de postos de trabalho continua reduzindo-se, mesmo nos anos 90, quando já consolidado o processo de urbanização no Brasil. A parcela da ocupação rural cai para homens e mulheres (GRÁFICO 11). Em 1982, no conjunto de trabalhadores do sexo masculino ocupados, 30,88% se localizavam no setor rural e, em 2003, 18,28%, representando uma diminuição de 41%. As mulheres tiveram sua participação da ocupação rural reduzida em 48% entre os dois extremos da série, passando de 23,4% para 12,28%.

No caso dos homens, a redução é mais evidente, pois, em 1982, no conjunto de trabalhadores do sexo masculino ocupados, 30,88% se localizavam no setor rural e, em 2003, apenas 19,01%, representando uma diminuição de 39%. As mulheres tiveram sua participação da ocu-



pação rural reduzida em 30% entre os dois extremos da série, passando de 23,4% para 16,39%.

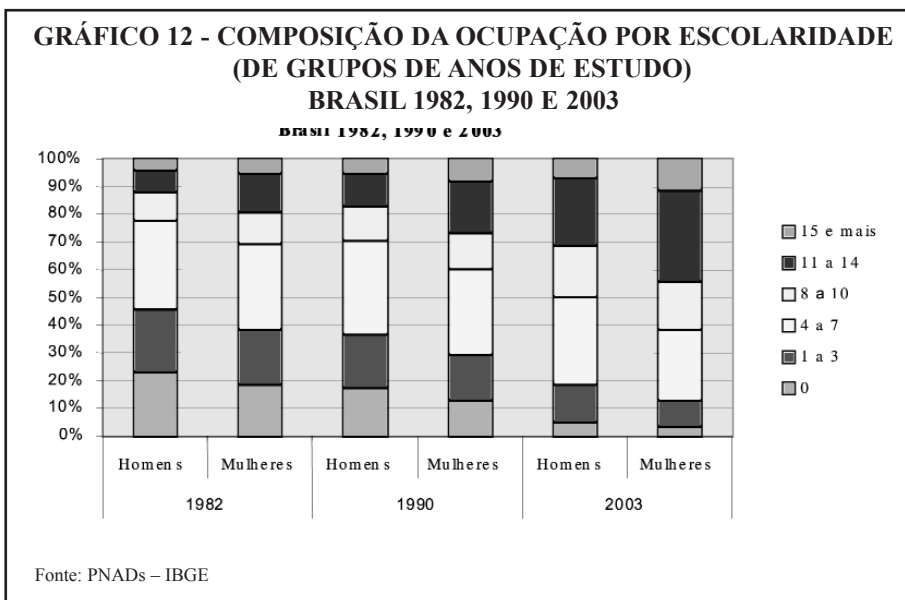
Ainda sobre a ocupação feminina no mercado de trabalho, algumas evidências já estão registradas na literatura. Em face às mudanças culturais e econômicas, tem crescido a participação de mulheres chefes de família e de cônjuges na condição de ocupadas. Entre 1982 e 2003, aumenta a parcela de mulheres ocupadas na condição de chefe ou pessoa de referência do domicílio (TABELA 2) de 15,98% para 25,52%, ao passo que os homens chefes de família mantêm sua participação estável em cerca de 68% no total da ocupação masculina. Também tendo sua participação crescente, mas em ritmo menos intenso, está a posição de cônjuge, quase sempre identificada com as mulheres. Sua maior inserção pode ser decorrente da necessidade de complementação de renda familiar ou porque, ao casarem-se, já trabalhavam e optam por continuar trabalhando, mesmo depois de mudado seu estado conjugal. No caso de filhos, nota-se redução dessa participação para os

TABELA 2 - COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO POR CONDIÇÃO NA FAMÍLIA NO BRASIL

Condição na família	1982		1990		2003	
	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
Pessoa de referência	68,54	15,98	68,29	18,17	68,73	25,52
Cônjuge	0,10	44,26	0,46	48,43	2,83	51,13
Filho	26,85	29,75	27,00	25,50	24,52	19,55
Outro parente	3,45	4,69	3,41	4,30	3,52	3,38
Outros	1,05	5,32	0,84	3,59	0,41	0,43

Fonte: PNADs, IBGE

Nota: Categoria "outros" = agregado + pensionista + empregado doméstico + parente do empregado doméstico.

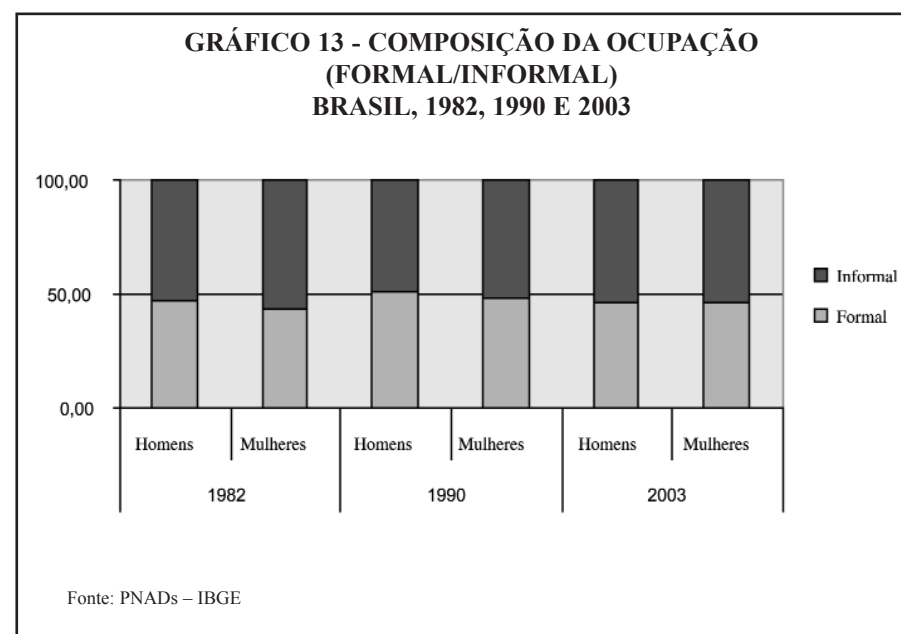


dois sexos.

Como descrito para desempregados, verifica-se o crescimento da participação de mulheres mais escolarizadas (Superior Completo) entre as ocupadas e em percentual maior do que para os ocupados do sexo masculino (GRÁFICO 12). Em 1982, 3,74% dos homens ocupados possuíam o ensino superior completo e as mulheres com mesmo nível educacional representavam 4,98% das ocupadas. Em 2003, essas participações eram de 6,88% e 10,48%, respectivamente. Certamente, este comportamento é uma combinação do aumento da taxa de atividade feminina e do maior nível de escolaridade média das mulheres economicamente ativas.

A informalidade - aqui medida por intermédio da ocupação nas posições de empregado sem carteira assinada e trabalhadores por

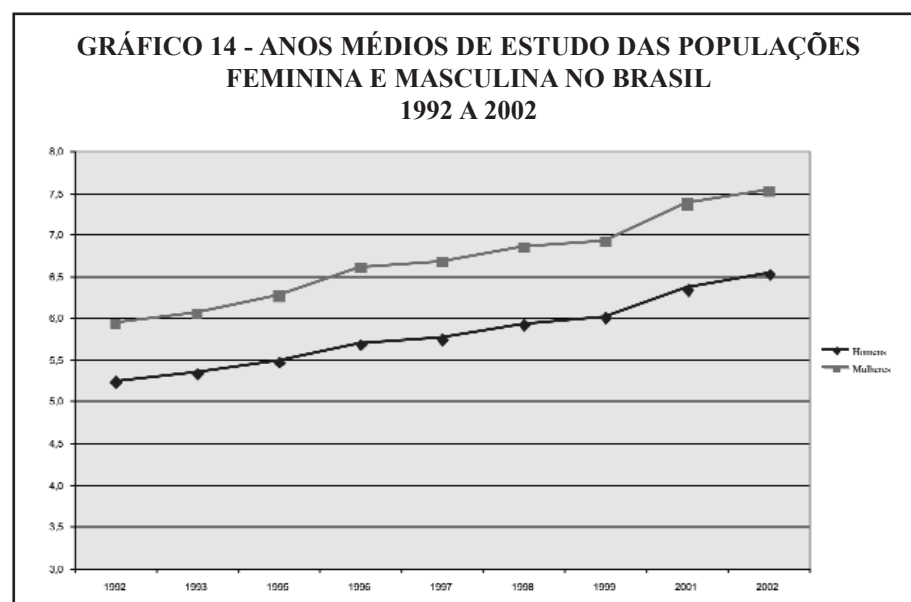
conta-própria - nas relações de trabalho tende a atingir mais os homens do que as mulheres. Entre 1982 e 1990, aumenta a participação de ocupados no setor formal tanto para mulheres quanto para homens (GRÁFICO 13). Em 1990, cerca de metade da população ocupada masculina e 48% da feminina pertenciam ao setor formal. No entanto, as transformações econômicas dos anos 90 incidem mais fortemente sobre os homens, tornando o emprego masculino, sob este aspecto, tão precário quanto o feminino. Em 2003, essa participação se reduz para os dois sexos, alcançando 46%.



Diferenciais de salários

OS DIFERENCIAIS SALARIAIS POR SEXO

Apesar de declinante ao longo do tempo, a diferença de rendimentos entre homens e mulheres é ainda muito grande no Brasil já que, em média, os homens recebem 60% a mais do que as mulheres. Grande parte desse diferencial, conforme diversos estudos têm mostrado, é devida à discriminação pura e simples, ou seja, o tratamento desigual de pessoas iguais do ponto de vista produtivo. Em outras palavras, os menores rendimentos femininos não podem ser explicados por menores credenciais produtivas das mulheres, comparativamente aos homens. Ao contrário, se utilizamos a escolaridade formal como variável indicadora da qualificação, as mulheres são, na realidade, mais produtivas. O GRÁFICO 14 mostra que nos últimos anos a escolaridade média feminina tem sido sistematicamente superior à



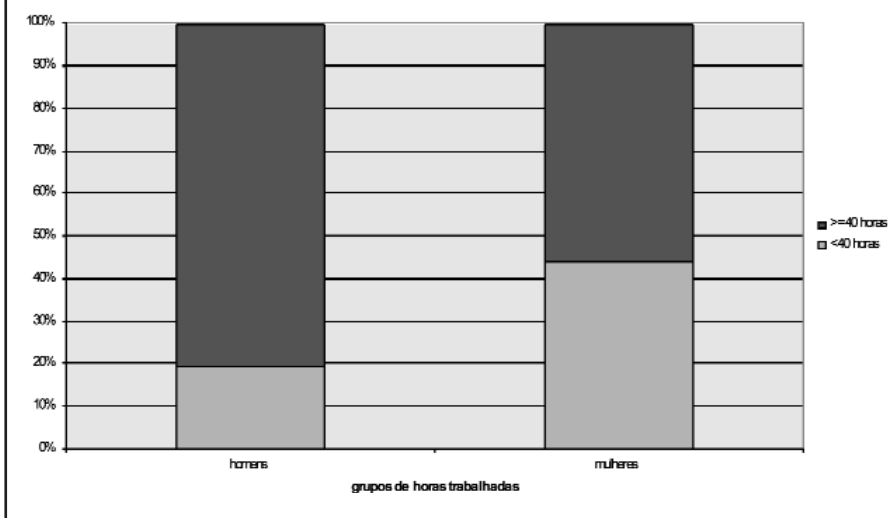
masculina e o diferencial entre os sexos tem aumentado. Com base em evidências mais abrangentes sabemos que, de fato, a maior escolaridade das mulheres é o resultado da reversão recente de uma tendência histórica na qual os homens sempre tiveram escolaridade superior. Entretanto, a partir da geração de mulheres nascidas ao final dos anos 50 e que se tornaram adultas ao final dos 70, este quadro inverteu-se e cada vez mais vem abrindo a distância entre os níveis de escolaridade média de homens e mulheres.¹ Uma provável explicação para essa reversão de tendência, pelo menos no caso brasileiro, é a alta probabilidade dos meninos abandonarem a escola em função da busca de trabalho como estratégia de complementação de renda familiar, o que é muito menos freqüente entre as meninas.

Assim, se a escolaridade feminina é, em média, superior à masculina, as razões para o persistente diferencial de rendimentos em favor dos homens devem ser buscadas nas possíveis diferenças entre formas de inserção e também nas práticas discriminatórias que valorizam diferentemente homens e mulheres igualmente produtivos.

Antes de mais nada, é preciso considerar, nessa questão, a diferença em horas semanais que trabalhadores de um e outro sexo dedicam à atividade econômica. Conforme dados ilustrados no GRÁFICO 15, enquanto 80% dos homens ocupados dedicam-se ao mercado de trabalho durante jornadas de no mínimo 40 horas semanais (média de 8 horas diárias), apenas 55% das mulheres têm o mesmo comportamento, com os 45% restantes ocupadas por menos de 40 horas semanais. Essa diferença advém tanto das preferências femininas por tipos de trabalho que permitem uma maior compatibilização com outras atividades, quanto da própria dinâmica do setor de serviços onde predominam as mulheres. Mas, de qualquer forma, devem ser contempladas

¹ Para maiores detalhes desse processo, ver Leme e Wajnman (2000).

GRÁFICO 15 - PROPORÇÃO DE HOMENS E MULHERES SEGUNDO TAMANHO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, BRASIL, 2003



em qualquer medida comparativa de rendimentos femininos e masculinos. Ao padronizarmos os rendimentos de homens e mulheres pelas horas trabalhadas, o diferencial de 60% favorável aos homens, observado em 2003, cai para 33%, o que é ainda uma defasagem considerável. Essa diferença, agora controlada pelos diferenciais de tamanho de jornada, deve então ser explicada pela alocação diversificada de homens e mulheres em postos de trabalho de qualidade diferenciada ou pela discriminação puramente salarial

A alocação diferencial de trabalhadores do sexo feminino e masculino em postos de trabalho de qualidade diferenciada é detalhadamente discutida na seção seguinte, que trata da segregação ocupacional por sexo no mercado de trabalho brasileiro. Quanto à discriminação, algumas evidências são apresentadas a seguir.

Conforme documenta a literatura recente sobre o tema, uma vez que as características produtivas femininas dariam às mulheres, na ausência de discriminação, rendimentos superiores aos dos homens, conclui-se que o diferencial salarial por sexo observado no Brasil seria ainda maior do que o que efetivamente se verifica, caso não existisse a sobre-escolaridade feminina. Isso indica que a maior escolaridade feminina não discrimina positivamente as mulheres já que elas precisam de muito mais credenciais produtivas para disputar espaço no mercado de trabalho com seus colegas do sexo masculino e ainda assim se saem pior em termos salariais (Lavinias, 1997).

Realizando a clássica decomposição de Oaxaca² para o diferencial salarial por sexo observado na PNAD de 2003, verificamos que, na ausência da componente discriminatória, as mulheres ganhariam 20% a mais do que os homens, devido à suas características produtivas e sua inserção ocupacional. Entretanto, os fatores não explicados, os quais chamamos de componente discriminatória do diferencial, tornam os salários masculinos 33% mais elevados do que os femininos.

Mas é interessante observar que as mulheres não são igualmente

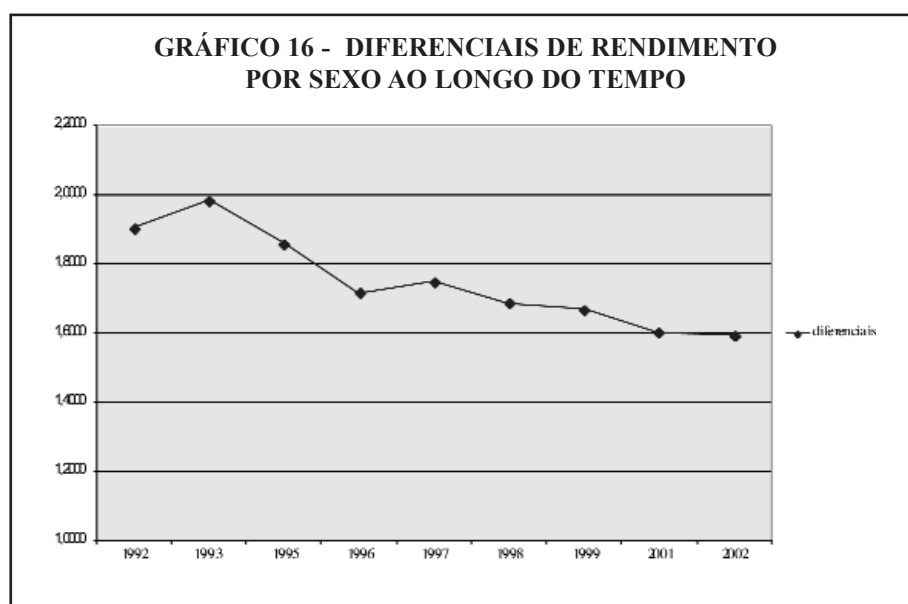
DIFERENCIAL DE SALÁRIOS – PNAD DE 2003		
Posição na família	Diferencial observado *	Diferencial na ausência de discriminação
Casados	22,8%	-3%
Solteiros com filhos	30,5%	0%
Solteiros sem filhos	2,6%	-20%
Filhos	-5%	-46%

Fonte: Resende (2005).

² Oaxaca (1973) propõe uma decomposição da diferença salarial entre homens e mulheres através da relação entre as equações de salários para cada um dos sexos que pode ser organizada numa componente explicada pelos atributos produtivos e outra não explicada e portanto atribuída à discriminação.

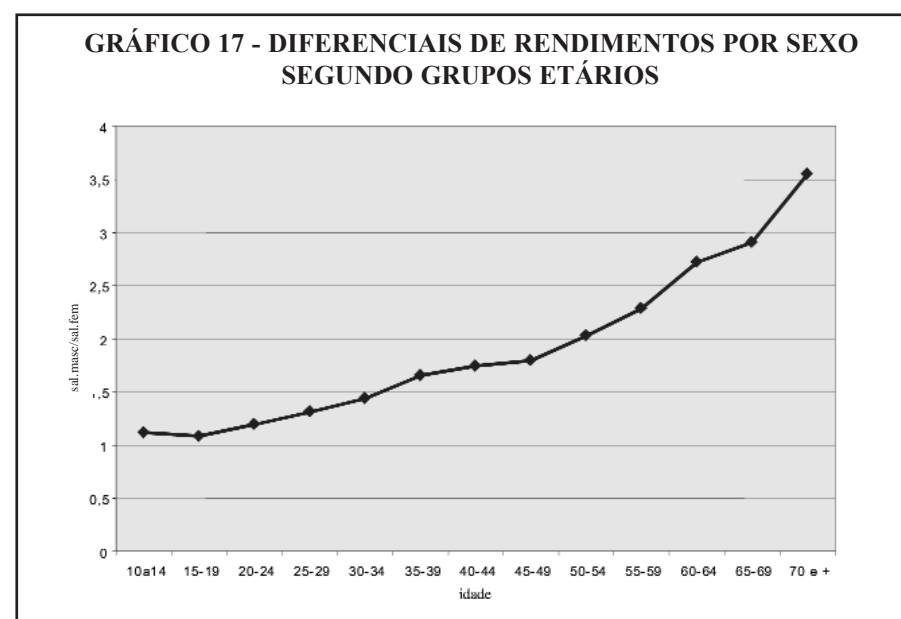
discriminadas e que o papel delas nas famílias diferencia fortemente esses resultados. Os dados do quadro que se segue mostram que tanto os diferenciais salariais quanto a componente discriminatória são muito mais severos para as mulheres casadas e para chefes de família (solteiras com filhos) do que para as mulheres solteiras.

Como se observa, comparando-se apenas os trabalhadores casados, há um diferencial salarial favorável aos homens de 22,8. Na ausência de discriminação, esse diferencial desapareceria e haveria de fato um pequeno diferencial de 3% favorecendo as mulheres. No caso dos solteiros com filhos, a situação não é muito distinta: o diferencial observado é de 30,5% a favor dos homens e se anularia eliminando-se a discriminação. Para os trabalhadores sem filhos ou cônjuges, no entanto, a situação é totalmente distinta e a situação feminina torna-se



muito mais favorável. Quando se trata de solteiros sem filhos, o diferencial observado é de apenas 2,6% em favor dos homens, sendo que as mulheres teriam uma sobre-remuneração de 20% se se considerasse seus atributos produtivos e não houvesse discriminação. Se tomarmos apenas os “filhos”, ou seja, aqueles cuja relação com o chefe da família é de filho, temos o único caso em que o diferencial observado em 2003 favorece as mulheres (em 5%). Mas isso não significa dizer que não há discriminação. No caso dos filhos, se homens e mulheres fossem remunerados apenas de acordo com suas características produtivas, sem haver qualquer discriminação, mulheres ganhariam 46% a mais do que homens.

De toda forma, em termos de tendências temporais, o diferencial de rendimentos entre os sexos tem se estreitado sistematicamente nas



décadas recentes, como mostra o GRÁFICO 16. Isso não ocorre apenas no Brasil, já que as evidências para outros países mostram que esta é uma tendência praticamente generalizada. A literatura internacional tem mostrado, também, que a redução é particularmente relevante para as gerações mais jovens e que a tendência de menor diferencial quando da entrada dos indivíduos no mercado de trabalho tende a ser mantida à medida que os indivíduos envelhecem (Blau, Ferber e Winkler, 1998). Com efeito, a observação dos diferenciais por faixas etárias, do GRÁFICO 17 permite verificar que o estreitamento tem sido particularmente evidente para os mais jovens, com o que é possível inferir que a tendência prospectiva seja de continuidade de redução de diferenciais, à medida que mulheres mais velhas, de menor escolaridade, mais segregadas em ocupações de pior qualidade e com os salários mais baixos, estejam sendo substituídas pelas mais jovens. Leme e Wajnman (2000) apresentam evidências de que a grande redução do diferencial observada entre trabalhadores de entrada mais recente no mercado de trabalho se deve basicamente à redução da discriminação contra a mulher, o que faz com que, paulatinamente, a maior qualificação feminina esteja sendo devidamente valorizada.

Segregação ocupacional

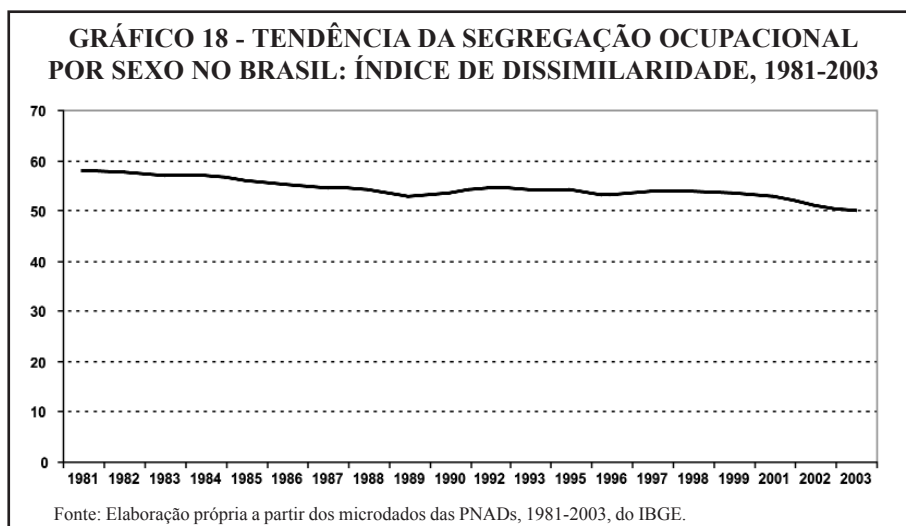
A SEGREGAÇÃO OCUPACIONAL POR SEXO NO BRASIL

Outra dimensão importante a ser tratada é a segregação ocupacional que concentra homens e mulheres em diferentes e desiguais tipos de ocupações, exercendo diferentes funções. A segregação por sexo envolve também um maior leque de ocupações para os homens e a concentração de mulheres naquelas que tendem a ser de pior qualidade, o que pode significar piores salários, menor proteção da legislação trabalhista e previdenciária e menos perspectivas de mobilidade ascendente nas carreiras. Segregar os sexos contribui para menores remunerações e menos poder social para as mulheres - no trabalho, em suas famílias e na sociedade; e as conseqüências destas diferenças repercutem em toda a sociedade.

Medidas resumidas caracterizam o nível geral de segregação ocupacional por sexo e constituem um passo anterior à análise detalhada do padrão de participação feminina. Esta análise é mais informativa do que as medidas resumidas, mas tem que ser complementada por tais indicadores para uma análise das tendências do nível de segregação. Índices de segregação são resumos escalares de complexas curvas que representam a composição por sexo de todas as ocupações. A técnica mais comumente usada para medir a segregação é o índice de dissimilaridade, D , que indica a porcentagem da força de trabalho que teria que mudar de ocupação a fim de manter a proporção feminina em cada ocupação igual à proporção feminina na força de trabalho como um todo³. Os valores assumidos por D variam de um mínimo de 0, quan-

³ Este índice pode ser expresso através da equação $D = \sum_j \left| \frac{F_j}{F} - \left(\frac{M_j}{M} \right) \right| 100\%$.

, onde: J = número total de ocupações; F_j = número de mulheres na ocupação j ; F = número de mulheres na força de trabalho total; M_j = número de homens na ocupação j ; M = número de homens na força de trabalho total; D = porcentagem da força de trabalho que teria que mudar de ocupação para produzir uma correspondência perfeita entre a razão de sexo de cada ocupação e a razão de sexo da força de trabalho total.

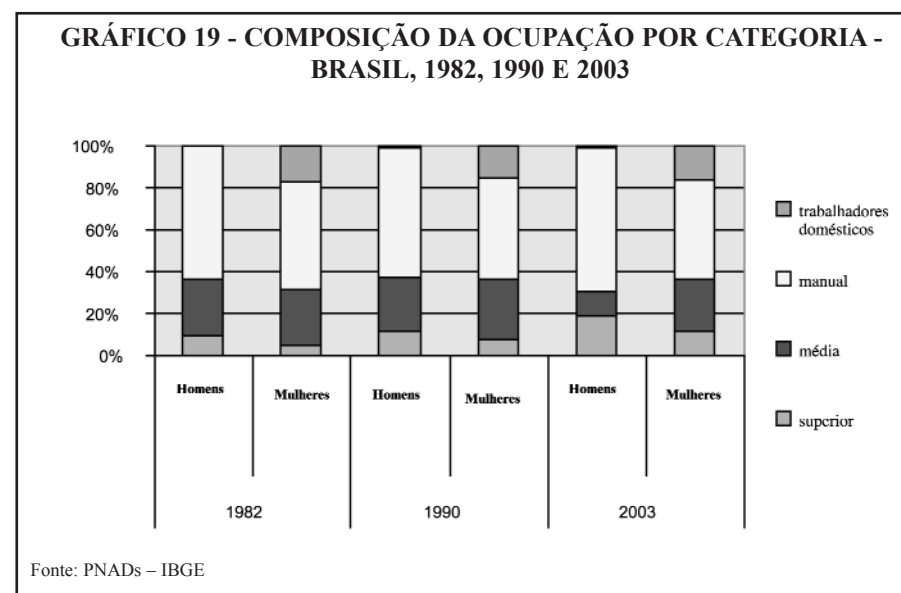


do não há diferenças entre as distribuições ocupacionais femininas e masculinas – integração completa – a um máximo de 100 – segregação completa. Por exemplo, se as mulheres são 40% da força de trabalho, o índice seria 0, se cada ocupação fosse 40% feminina. O índice de dissimilaridade permite comparar períodos com diferentes taxas de participação feminina na força de trabalho.

O GRÁFICO 18 mostra a tendência da segregação ocupacional por sexo no Brasil, contendo os valores calculados para o índice de dissimilaridade no período 1981-2003. Os resultados indicam que a segregação ocupacional por sexo no Brasil diminuiu desde a década de 80, de 57,88 para 49,74. Ainda assim, este último valor encontrado para 2003 é elevado, indicando que cerca de metade da força de trabalho brasileira teria que mudar de ocupação para que fosse alcançada a integração completa, ou seja, a tendência verificada é de persistência da segregação ocupacional por sexo no Brasil, com homens e mulheres se concentrando nas ocupações com predominância de seu respectivo sexo.

GRUPOS DE OCUPAÇÃO

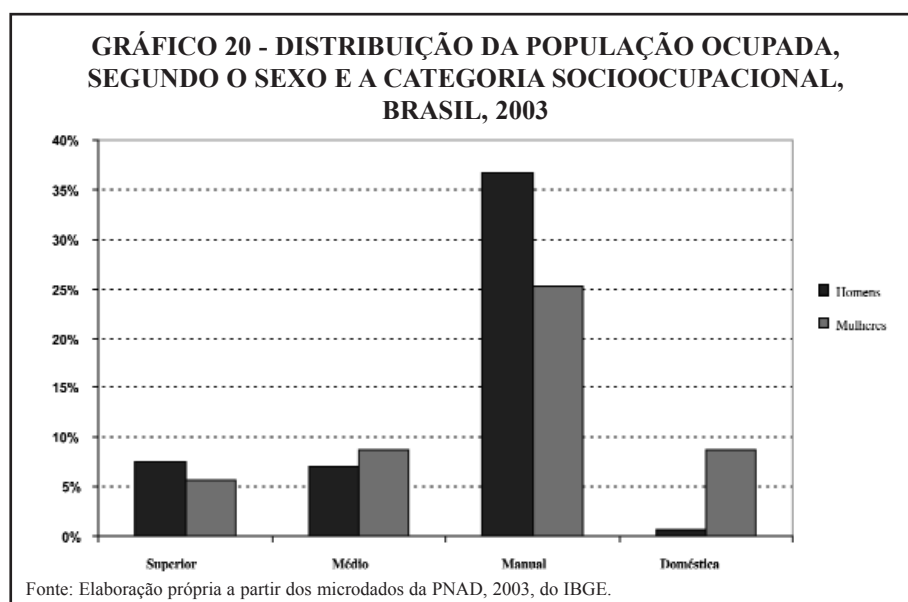
O GRÁFICO 19 apresenta a distribuição dos ocupados homens e mulheres, em separado, para os três anos selecionados, segundo categorias socioocupacionais. Como a estrutura ocupacional é bastante ampla, recorre-se a tipologias que construam grupos mais agregados, compostos segundo algum critério que defina algum grau que estabeleça homogeneidade dentro dos grupos. A tipologia de categoria socioocupacional, aqui utilizada, é inspirada em estudo do IBGE (1994) e tem, como critério de seleção, os requerimentos de níveis educacionais médios dos indivíduos em cada ocupação, derivando uma escala econômica das ocupações, segundo níveis de qualificação: superior, média e manual (OLIVEIRA e MACHADO, 2000). Como



esse estudo tem por foco o trabalho feminino, destacam-se os trabalhos domésticos como uma quarta categoria, retirando-os da categoria manual.

As mulheres tendem a se inserir em ocupações menos valorizadas no mercado de trabalho e apresentam significativa incidência como trabalhadoras domésticas: 16,57% das ocupadas do sexo feminino em 2003 (GRÁFICO 19). Além desse tipo mais evidente de inserção desprivilegiada, metade das trabalhadoras está na categoria Manual em todos os três anos. Entretanto, a maior escolarização feminina tem beneficiado parcela das mulheres. Assim como para os homens, entre 1982 e 2003, dobra a participação de mulheres ocupadas na categoria superior. No primeiro ano, essa participação era de 5,16% e, em 2003, de 11,59%.

Buscando destacar de forma mais clara os diferentes estratos ocupacionais, o GRÁFICO 20 mostra a distribuição de homens e mulheres



ocupados segundo estas categorias socio-ocupacionais apenas para o ano de 2003. Como já dito, destaca-se a imensa preponderância das ocupações de nível manual, nas quais os homens são maioria. As mulheres são maioria clara nas ocupações domésticas. Considerando que tais ocupações também são de nível manual, esta classificação não apresenta grandes diferenciais de inserção entre homens e mulheres. A questão a ser levantada, neste caso, é a disparidade salarial entre homens e mulheres dentro de cada um destes estratos, tendo em vista o nível de escolaridade médio dos grupos (GRÁFICOS 21 e 22).

Passando a uma análise mais detalhada do padrão de inserção feminina no mercado de trabalho, o GRÁFICO 23 apresenta um retrato da segregação por sexo no Brasil em 2003, segundo os grupos de ocupação, apontando em quais deles as mulheres estão sobre-representadas. Neste caso, a sobre-representação é dada por aqueles percentuais

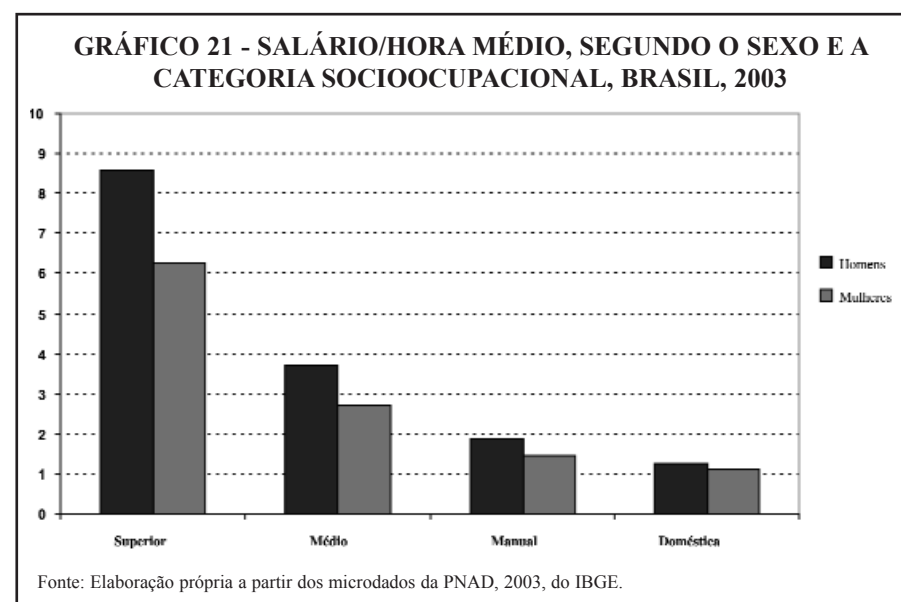
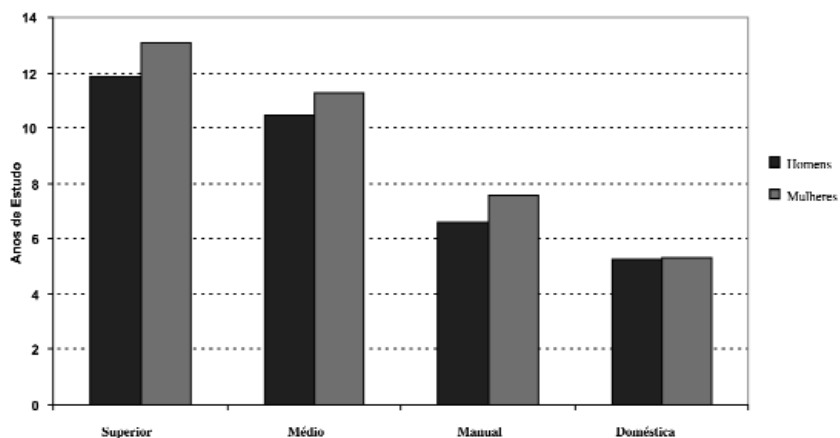
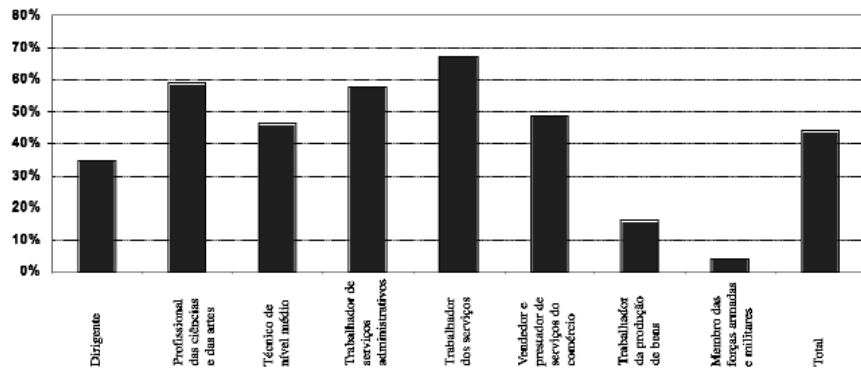


GRÁFICO 22 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE MÉDIO, SEGUNDO O SEXO E A CATEGORIA SÓCIOOCUPACIONAL, BRASIL, 2003



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD, 2003, do IBGE.

GRÁFICO 23 - PROPORÇÃO DE MULHERES NA POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO O GRUPO DE OCUPAÇÃO, BRASIL, 2003

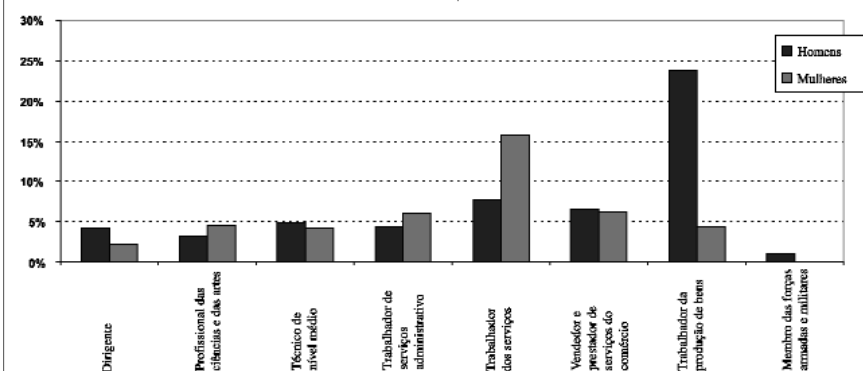


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD, 2003, do IBGE.

em que a proporção feminina no grupo de ocupação ultrapassa essa proporção na população ocupada total (43%). Isso quer dizer que, se homens e mulheres distribuíssem-se igualmente entre as ocupações, haveria em todos os grupos os mesmos 43% de mulheres que se observa na população ocupada total.

Neste sentido, verifica-se que as mulheres estão sobre-representadas nos grupos de Profissionais das Ciências e das Artes (59%), Técnicos de Nível Médio (46%), Trabalhadores dos Serviços Administrativos (58%), Trabalhadores dos Serviços (67%) e Vendedores e Prestadores de Serviços do Comércio (48%). Nos demais grupos, os homens estão sobre-representados: Dirigentes (34% de participação feminina), Trabalhadores da Produção de Bens (16%) e Membros das Forças Armadas e Militares (4%). Contudo, este retrato

GRÁFICO 24 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO O SEXO E O GRUPO DE OCUPAÇÃO, BRASIL, 2003



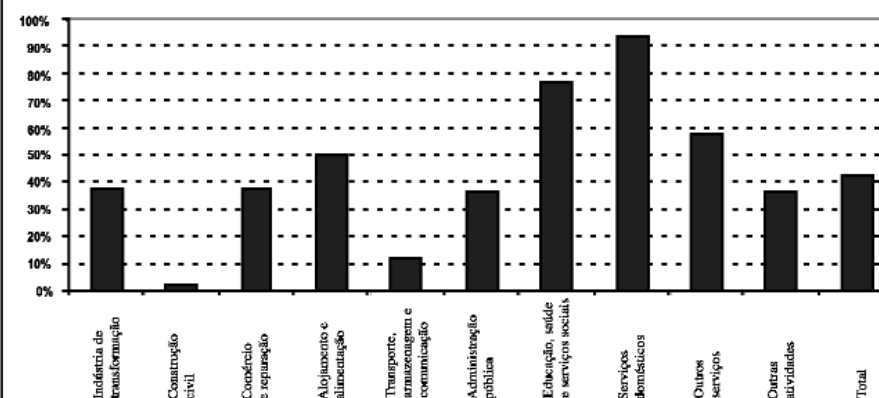
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD, 2003, do IBGE.

é incompleto, por induzir a pensar numa sobre-representação feminina na maioria dos grupos sem considerar a representatividade de cada grupo no mercado de trabalho como um todo. Portanto, levando em consideração o tamanho dos grupos de ocupações, a desigualdade de inserção fica mais evidente, como mostra o GRÁFICO 24, referente à distribuição da população ocupada como um todo. Nos grupos de ocupações mais representativos – trabalhadores da produção de bens e trabalhadores dos serviços – a predominância masculina e feminina, respectivamente, é clara. Os grupos menos representativos em termos quantitativos são os que apresentam menores diferenciais de inserção ocupacional.

RAMOS DE ATIVIDADE

ANALISANDO outra dimensão do mercado de trabalho, o GRÁFICO 25 apresenta um retrato da segregação por sexo no Brasil em 2003, segundo os ramos de atividade, apontando em quais deles as mulheres estão sobre-representadas. Novamente, a sobre-representação é dada por aqueles percentuais em que a proporção feminina no ramo de atividade ultrapassa essa proporção na população ocupada total (43%). Isso quer dizer que, se homens e mulheres se distribuíssem igualmente entre as diversas atividades econômicas, haveria, em todos os ramos de atividade, os mesmos 43% de mulheres que se observa na população ocupada total. Mas, ao contrário disso, o que se verifica é que nos ramos de Alojamento e Alimentação (51%), Educação, Saúde e Serviços Sociais (78%), Outros Serviços Pessoais Coletivos, Sociais e Pessoais (57%) e, muito especialmente, Serviços

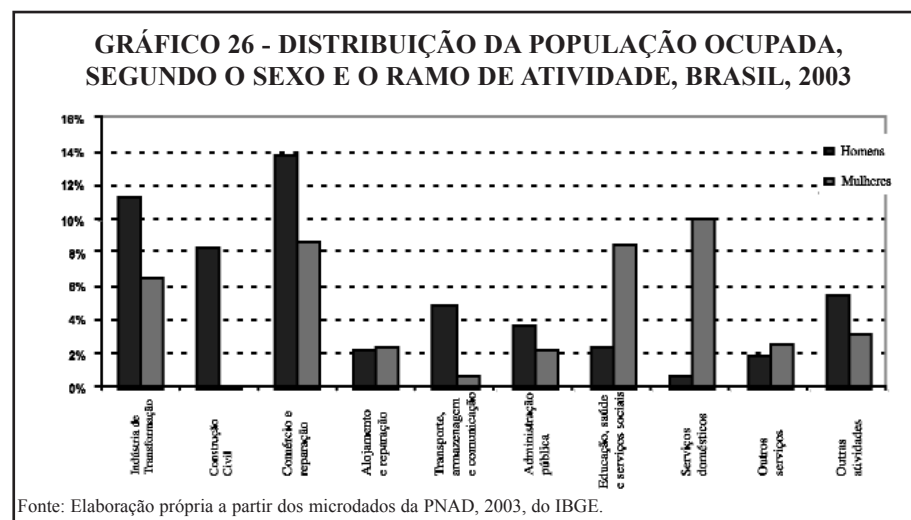
GRÁFICO 25 - PROPORÇÃO DE MULHERES NA POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE, BRASIL, 2003



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD, 2003, do IBGE.

Domésticos (94%) há uma particular concentração de mulheres. Nos demais ramos, os homens estão sobre-representados, mas apenas nos ramos da Construção (2,4% de participação feminina) e Transporte, Armazenagem e Comunicação (12%) há de fato uma concentração masculina, enquanto na Indústria de Transformação (38%), no Comércio e Reparação (38%), Administração Pública (37%) e Outras Atividades (37%) há um relativo equilíbrio na participação de homens e mulheres.

Se levarmos em consideração a extensão dos ramos de atividades, a desigualdade de inserção fica mais evidente, como mostra o GRÁFICO 26, referente à distribuição da população ocupada total, já que nos maiores ramos – indústria, construção e comércio – a predominância masculina é clara, assim como nos serviços sociais e domésticos constata-se a predominância feminina. Novamente, os ramos menos expressivos em termos quantitativos são os mais integrados.



TIPOLOGIA DE INTEGRAÇÃO DAS OCUPAÇÕES

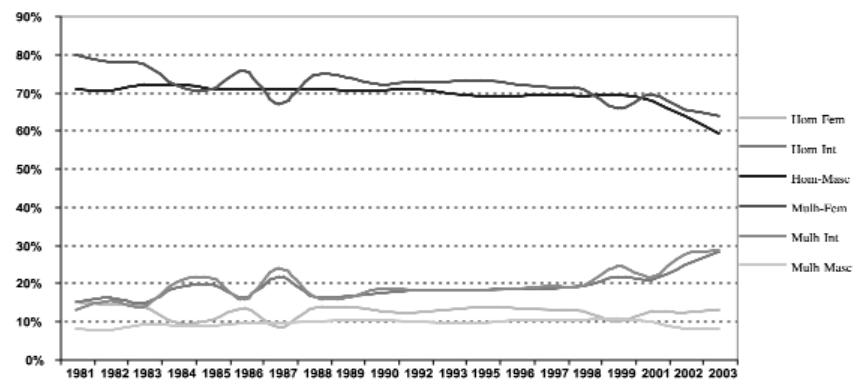
Para tentar desvendar o que está por trás da persistência da segregação ocupacional por sexo no Brasil, é utilizada uma tipologia de integração ocupacional que permite captar o processo de alocação de homens e mulheres em ocupações com diferentes composições por sexo. Esta tipologia usa as porcentagens de ambos os sexos em uma ocupação como base para a classificação. Esta classificação, juntamente com o cálculo da porcentagem da força de trabalho de mulheres e homens que estão ocupados em ocupações segregadas por gênero, indica em que medida as mulheres (ou homens) estão inseridas em ocupações predominantemente masculinas (ou femininas)⁴.

Esta tipologia seria uma mensuração realista da proporção de todos os trabalhadores que teriam que mudar de ocupação para eliminar as categorias segregadas por gênero. As pessoas que trabalham em ocupações integradas não teriam que mudar; homens em categorias masculinas e mulheres em femininas teriam que mudar, para colocar a ocupação segregada na categoria integrada.

As distribuições masculinas e femininas pelos tipos definidos de ocupações não mudam substancialmente entre 1981 e 2003. Isto pode

⁴ Considerando um grau de variação em torno da proporção feminina média na força de trabalho não agrícola, propõe-se um intervalo central mais amplo em torno desta média, para definir o que constitui uma ocupação integrada, predominantemente feminina ou masculina. Isto implica em um refinamento da visão dicotômica do mercado de trabalho como dividido em trabalho feminino e trabalho masculino. As ocupações integradas, ou não segregadas, são definidas como aquelas localizadas em um intervalo de 20 pontos percentuais em torno da participação feminina na força de trabalho para cada ano ao longo do período estudado. As ocupações em cada lado da categoria média são predominantemente femininas ou masculinas; as femininas são aquelas que têm uma proporção de mulheres acima do limite superior do intervalo definido em torno da média e as masculinas são aquelas que têm uma proporção de mulheres abaixo do limite inferior do intervalo.

GRÁFICO 27 - DISTRIBUIÇÃO DE HOMENS E MULHERES, SEGUNDO A TIPOLOGIA DE INTEGRAÇÃO DAS OCUPAÇÕES, BRASIL, 1981-2003



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNADs, 1981-2003, do IBGE.

ser visualizado no GRÁFICO 27. Para ambos os grupos, não se verifica uma tendência clara de mudanças até o final da década de 90, quando é constatado um declínio nas proporções de mulheres e homens nas ocupações com predominância de seu respectivo sexo e um aumento correspondente naquelas integradas. Vale mencionar que o número de ocupações predominantemente femininas é menor; isto implica que as mulheres estejam mais concentradas em poucas ocupações, enquanto os homens estão em um conjunto mais amplo. Ainda destaca-se a estabilidade, ao longo do tempo, das proporções de homens e mulheres nas ocupações com predominância do outro sexo.

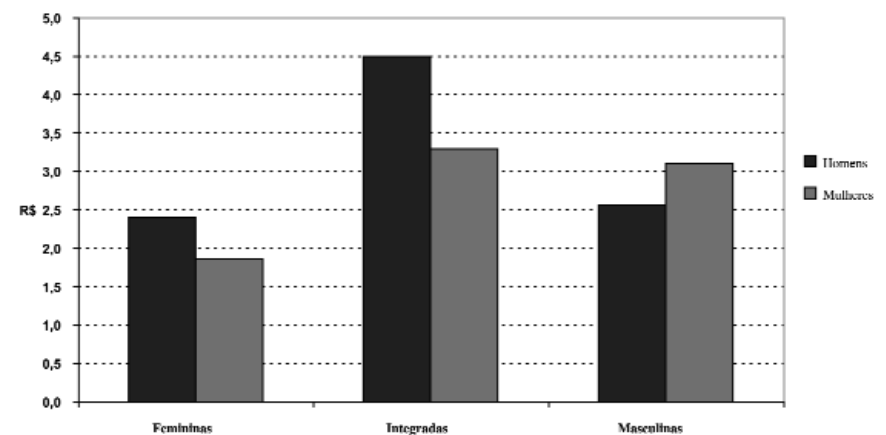
Homens e mulheres estão ambos concentrados nas ocupações com predominância de seu respectivo sexo e essa distribuição segundo os tipos de ocupação não apresenta grande mudança desde a década de 80. Para ilustrar a composição dos tipos ocupacionais segundo o seu nível de integração entre os sexos, o Quadro 1, no Anexo, lista as ocupações.

A persistência da prevalência de ocupações predominantemente femininas e masculinas e o pequeno aumento da proporção de ocupações integradas explicam, em parte, a manutenção dos altos níveis

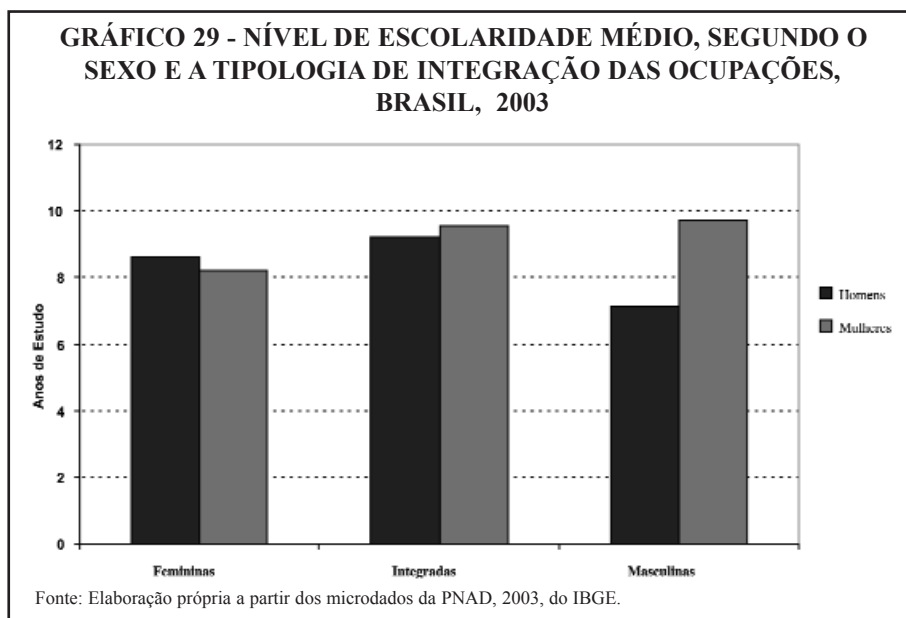
de segregação ocupacional por sexo no Brasil. Esta relativa imutabilidade dos indicadores, ainda que esteja sendo apontada uma pequena melhoria em relação à proporção de pessoas em ocupações integradas, sugere que os estereótipos de sexo das ocupações, que as levam a serem rotuladas como masculinas e femininas, contribuem para a persistência da segregação ocupacional por sexo. As mulheres continuam se concentrando em poucas ocupações predominantemente femininas, e, na medida em que aumentam sua participação no mercado de trabalho, mantêm essa tendência. Contudo, o aumento da proporção de ocupados mais qualificados, no que se refere ao nível de escolaridade - os quais apresentam os perfis de inserção ocupacional mais integrados - sugerem a perspectiva de mudanças nos níveis de segregação no Brasil.

Apesar do crescimento da participação feminina na força de traba-

GRÁFICO 28 - SALÁRIO/HORA MÉDIO, SEGUNDO O SEXO E A TIPOLOGIA DE INTEGRAÇÃO DAS OCUPAÇÕES, BRASIL, 2003



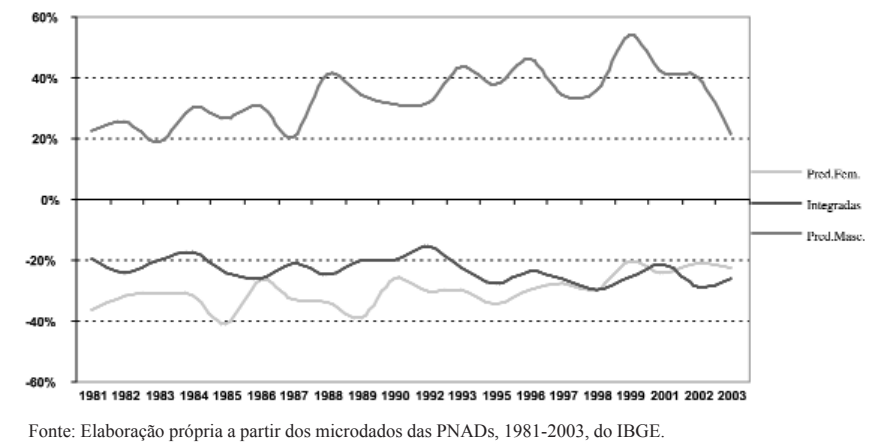
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD, 2003, do IBGE.



lho e sua maior representação nas ocupações integradas, o diferencial salarial por sexo pouco se estreitou durante as duas últimas décadas. A análise da influência das mudanças na segregação ocupacional sobre os rendimentos masculinos e femininos deve ajudar a esclarecer os mecanismos que mantêm a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. A questão a ser respondida é como a composição por gênero das ocupações influencia os rendimentos de homens e mulheres. Algumas hipóteses são: homens e mulheres ganham menos, na medida em que a proporção feminina na ocupação aumenta; e, a relação negativa entre salários e proporção feminina é mais forte entre as mulheres do que entre os homens (GRÁFICOS 28 e 29).

Na busca por explicações alternativas para as disparidades de gênero, a discussão sobre a relação entre os fatores estruturais e os diferenciais salariais entre homens e mulheres enfatiza uma outra relação: as características das ocupações e os níveis salariais. Informações sobre como a segregação ocupacional por gênero estratifica os rendimentos levam às questões sobre por que a segregação per-

GRÁFICO 30 - DIFERENCIAL BRUTO DE RENDIMENTOS DO TRABALHO ENTRE MULHERES E HOMENS, SEGUNDO A TIPOLOGIA DE INTEGRAÇÃO DAS OCUPAÇÕES, BRASIL, 1981-2003

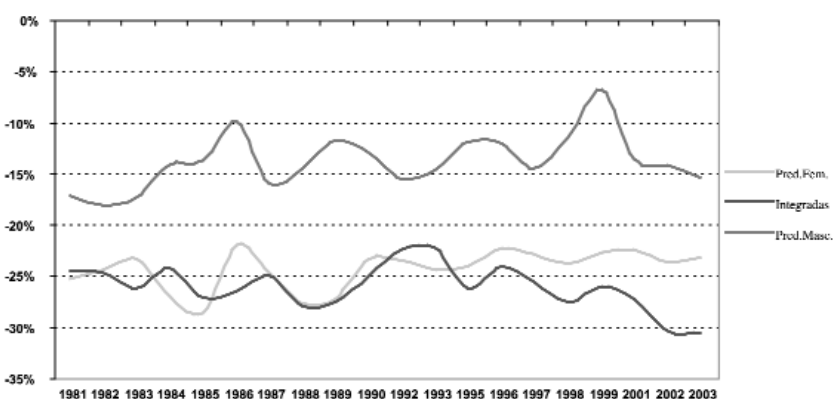


siste e por que ocupações predominantemente femininas pagam menos. Neste sentido, um aumento da oferta das mulheres dispostas e capazes de entrar no mercado de trabalho, juntamente à expansão dos empregos mal-remunerados no setor de serviços, poderia levar à compressão dos salários⁵.

O efeito da composição por gênero reflete uma concentração ocupacional: as mulheres podem se concentrar em ocupações específicas, devido a suas preferências ou a barreiras passadas ou presentes a ocupações alternativas. Essa concentração comprime os salários a um nível abaixo daqueles de trabalhadores similarmente qualificados em outras ocupações e a mobilidade interocupacional é insuficiente para equalizar os salários. Neste sentido, se as mulheres enfrentam barreiras a ocupações melhor remuneradas, ocupações mal remuneradas atrairiam um número desproporcionalmente grande de mulheres e uma

⁵ A estimação da relação entre os salários e a composição por gênero se baseia em funções de rendimentos, nas quais o logaritmo do salário/hora do indivíduo é função da habilidade observada e características demográficas individuais, características das ocupações e a região.

GRÁFICO 31 - DIFERENCIAL LÍQUIDO DE RENDIMENTOS DO TRABALHO ENTRE MULHERES E HOMENS, SEGUNDO A TIPOLOGIA DE INTEGRAÇÃO DAS OCUPAÇÕES, BRASIL, 1981-2003



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNADs, 1981-2003, do IBGE.

pequena proporção de homens, tal que haveria uma correlação negativa entre a proporção de mulheres em uma ocupação e os salários femininos.

Tentando responder à questão sobre se os efeitos de gênero diferem de acordo com o nível de feminização da ocupação no Brasil nas últimas décadas, o GRÁFICO 30 mostra que as mulheres ganham mais do que os homens nas ocupações predominantemente masculinas (20% a mais em média ao longo do tempo), e ganham menos nas ocupações integradas (20% a menos em média ao longo do tempo) e predominantemente femininas (cerca de 40% a menos, em 1981, e 20% a menos, em 2003). Assim, ao invés de serem penalizados por estar em ocupações predominantemente femininas, os homens se beneficiam desta situação, enquanto as mulheres são penalizadas em termos de salários. Por outro lado, as mulheres se beneficiam de estar em ocupações predominantemente masculinas. Contudo, este diferencial bruto não leva em conta as diferentes características das forças de trabalho feminina e masculina, e pode estar refletindo tão somente tais características.

Se compararmos homens e mulheres idênticos em suas características, ou seja, com o mesmo nível de escolaridade, mesma idade, mesmo setor de atividade e mesma região, o diferencial líquido resultante pode expressar uma realidade distinta. O resultado da inclusão destas características como variáveis de controle é fundamental, como mostra o GRÁFICO 31. Ao estimar funções de rendimentos separadas para cada categoria da tipologia de integração das ocupações, encontramos um diferencial líquido que assume valores negativos para todos os tipos de ocupações, o que reflete um diferencial salarial por gênero que penaliza as mulheres em qualquer situação. Valores menos negativos são observados em ocupações predominantemente masculinas, o que indica que, controlando por variáveis individuais e ocupacionais, estas são as ocupações nas quais as mulheres têm melhores condições.

Uma perspectiva comparativa com a tendência de inserção das mulheres em cada tipo de ocupação sugere que uma possível diminuição dos diferenciais salariais de gênero - dada pelo declínio da participação das mulheres nas ocupações predominantemente femininas, nas quais as mulheres ganham bem menos do que os homens - seria contrabalançada pelo aumento da participação das mulheres nas ocupações integradas, nas quais elas são ainda mais penalizadas em termos salariais, mantendo os diferenciais.

A análise da persistência da segregação ocupacional por gênero ao longo do tempo no Brasil e o estudo da associação entre esta segregação e o diferencial salarial entre homens e mulheres tentam estabelecer a importância desta associação, adicionando perspectivas alternativas ao debate sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro e às políticas apropriadas para lidar com estas desigualdades.

INCOMPATIBILIDADE ENTRE CURSO SUPERIOR CONCLUÍDO E OCUPAÇÃO

O acesso à estrutura ocupacional não é universal, devido a um processo de discriminação no mercado de trabalho ou porque características necessárias ao exercício da ocupação não são preenchidas pelo trabalhador. A qualificação para a ocupação é um dos aspectos avaliados para entrada e ascensão no mercado de trabalho e, em virtude das mudanças em curso, esse aspecto tem se tornado cada vez mais importante. A existência da incompatibilidade é concebida em termos da combinação de duas variáveis: educação e ocupação. Usando os dados do Censo Demográfico de 2000, verificamos na TABELA 3 que a proporção de mulheres entre os ocupados de nível de educação superior representa cerca de 52%. As formações femininas predominantes são na área de ciências humanas e sociais, as quais se traduzem em uma inserção tradicional de ocupações femininas. Formações que representam maiores níveis de rendimentos, como Engenharia, Medicina, Direito, Computação e outras ciências exatas apresentam baixos níveis de participação das mulheres.

TABELA 3: PROPORÇÃO DE MULHERES, SEGUNDO O CURSO SUPERIOR CONCLUÍDO

Serviço Social	97,4%
Pedagogia	92,4%
Enfermagem	90,4%
Biblioteconomia	89,9%
Psicologia	88,0%
Letras	85,8%
Ciências e Estudos Sociais	74,6%
Biologia	73,5%
Artes	72,4%
História	71,2%
Geografia	69,3%
Farmácia	65,4%
Comunicação Social	61,1%
Matemática	57,7%
Arquitetura e Urbanismo	53,0%
Odontologia	51,8%
Educação Física	51,5%
Filosofia - Graduação	48,9%
Estatística - Graduação	45,0%
Propaganda e Marketing	43,1%
Química	42,2%
Ciências Contábeis e Atuariais	38,3%
Direito 37,7% Administração	36,9%
Medicina	36,1%
Ciências da Computação	34,5%
Ciências Econômicas	30,0%

Medicina Veterinária	28,9%
Física	28,1%
Engenharia Química e Industrial	27,8%
Geologia	15,2%
Engenharia Civil	14,8%
Agronomia	11,0%
Engenharia Elétrica e Eletrônica	7,7%
Engenharia Mecânica	3,2%
Total	52,0%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000, do IBGE

O indicador de incompatibilidade entre curso superior concluído e ocupação aponta em que medida as pessoas com uma educação de nível superior estão em ocupações que não exigem tal nível de escolaridade. Significa que estamos avaliando de que forma a educação de nível superior se traduz em uma inserção ocupacional compatível. O Censo Demográfico de 2000 mostra que 36,2% das mulheres com educação de nível superior estão em ocupações incompatíveis com este nível, contra 29,7% dos homens nesta situação. Na maioria das formações, a incompatibilidade é maior para as mulheres, podendo ser destacado que, nos cursos tradicionalmente masculinos, o diferencial entre homens e mulheres é maior. Isto quer dizer que, ainda que as mulheres estejam em maior medida em cursos tradicionalmente masculinos, elas não se inserem em uma ocupação compatível com sua formação, o que representa uma evidência adicional da persistência da segregação ocupacional por sexo (TABELA 4).

TABELA 4: INCOMPATIBILIDADE ENTRE CURSO SUPERIOR CONCLUÍDO E OCUPAÇÃO, POR SEXO

	Homens	Mulheres
Artes	74,0%	68,0%
Administração	42,5%	56,4%
Ciências Econômicas	37,3%	51,0%
Ciências Contábeis e Atuariais	37,0%	49,8%
Comunicação Social	45,3%	49,3%
Ciências da Computação	39,6%	48,3%
Propaganda e Marketing	44,1%	47,9%
Estatística	45,5%	47,9%
Ciências e Estudos Sociais	47,7%	44,8%
Ciências	49,6%	43,5%
Engenharia Mecânica	27,2%	40,9%
Pedagogia	41,7%	40,6%
Filosofia	34,7%	38,7%
Letras	39,7%	37,1%
Agronomia	30,0%	36,2%
Engenharia Química e Industrial	26,1%	35,6%
História	39,8%	35,6%
Geografia	39,0%	34,2%
Biologia	34,8%	33,7%
Engenharia Elétrica e Eletrônica	26,1%	32,2%
Química	37,2%	32,1%
Direito	24,8%	31,5%
Geologia	22,0%	31,4%
Matemática	34,7%	30,3%

Biblioteconomia	57,8%	29,0%
Serviço Social	37,2%	28,1%
Educação Física	28,3%	27,7%
Engenharia Civil	17,0%	25,5%
Psicologia	30,7%	25,1%
Enfermagem	23,7%	21,5%
Física	28,0%	21,3%
Arquitetura e Urbanismo	20,7%	20,8%
Medicina Veterinária	20,7%	15,5%
Farmácia	16,5%	13,7%
Medicina	7,4%	7,8%
Odontologia	3,7%	3,3%
Total	29,7%	36,2%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000, do IBGE.

Considerações finais

A seguir, apresentamos, de forma resumida, os fatos estilizados achados nesse estudo:

- Observa-se tendência à convergência da taxa de atividade entre homens e mulheres, sendo que a taxa feminina cresceu cerca de 30 pontos percentuais nos últimos 50 anos, no Brasil;
- As taxas de atividade segundo perfil etário das mulheres no Brasil em dois pontos de um período mais recente, 1982 e 2003, sofrem um descolamento;
- A mudança do perfil de participação entre 1982 e 2003 é mais intensa na região Centro-Oeste, seguida pela Sul e Sudeste no pico da idade ativa, entre 30 e 45 anos;
- Até o início dos anos 90, a taxa de desemprego total oscilava entre 2 a 4% no Brasil e não havia distinção entre a taxa masculina e a feminina. A partir de 1992, a taxa de desemprego das mulheres descola-se da taxa masculina, alcançando cerca de 13%, em 2003, enquanto esta atinge o nível de 8% no mesmo ano;
- A região Sul é a que apresenta as menores taxas ao longo da série, ao passo que a Norte, as maiores;
- A população de mulheres que passa a ser mais afetada pelo desemprego é a que tem mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho: as mulheres negras;
- Por faixa etária, nota-se que a participação das desempregadas com idade entre 35 e 45 anos aumenta relativamente mais do que a dos homens;
- Entre 1982 e 2003, a parcela de mulheres ocupadas na condição de chefe ou pessoa de referência do domicílio aumenta de 15,98% para 25,52%;
- Assim como entre as desempregadas, verifica-se o crescimento da participação de mulheres mais escolarizadas (Superior Completo)

entre as ocupadas e em percentual maior do que para os ocupados do sexo masculino;

- Historicamente, os salários masculinos são superiores aos femininos no Brasil, mas o hiato tem se estreitado ao longo dos anos recentes;
- A primeira explicação para isso é o número médio de horas trabalhadas, já que mulheres tendem a trabalhar jornadas mais curtas, como forma de compatibilizar as atribuições domésticas com a atividade econômica;
- Do ponto de vista da escolaridade, as mulheres já completam mais anos de estudo do que os homens. Assim, medindo-se a produtividade pela escolaridade, trabalhadoras do sexo feminino deveriam receber rendimentos superiores aos dos seus pares masculinos;
- A componente discriminatória explica por que os salários masculinos, controlados pelo número de horas trabalhadas, são superiores aos femininos. No caso da PNAD 2003, eliminando-se essa componente, as mulheres ganhariam salários-hora 20% maiores do que os homens;
- A posição da mulher na família é crucial para determinar a diferença salarial entre homens e mulheres, a ponto de que entre aqueles que não são casados ou tem filhos praticamente não há diferença salarial por sexo. Isso sugere que, de fato, não é simplesmente porque as mulheres são mulheres que elas tendem a ser menos valorizadas no mercado de trabalho, mas por suas atribuições domésticas, que tendem a ser consideradas conflitantes com o pleno exercício da atividade econômica;
- A segregação ocupacional por sexo no Brasil diminuiu desde a década de 80. Contudo, ainda em 2003 é elevada, já que cerca de metade da força de trabalho brasileira teria que mudar de ocupação para que fosse alcançada a integração completa;

- Há uma imensa preponderância das ocupações de nível manual, nas quais os homens são maioria. As mulheres são maioria clara nas ocupações domésticas;
- Segundo os grupos de ocupação, verifica-se que as mulheres estão sobre-representadas nos grupos de Profissionais das Ciências e das Artes, Técnicos de Nível Médio, Trabalhadores dos Serviços Administrativos, Trabalhadores dos Serviços e Vendedores e Prestadores de Serviços do Comércio. Nos demais grupos, os homens estão sobre-representados: Dirigentes, Trabalhadores da Produção de Bens e Membros das Forças Armadas e Militares;
- No entanto, levando em consideração o tamanho dos grupos de ocupações, a desigualdade de inserção fica evidente. Nos grupos de ocupações mais representativos – trabalhadores da produção de bens e trabalhadores dos serviços – a predominância masculina e feminina, respectivamente, é clara. Os grupos menos representativos em termos quantitativos são os que apresentam menores diferenciais de inserção ocupacional;
- Ao analisar outra dimensão do mercado de trabalho – os ramos de atividade – verifica-se que nos ramos de Alojamento e Alimentação, Educação, Saúde e Serviços Sociais, Outros Serviços Pessoais Coletivos, Sociais e Pessoais e, muito especialmente, Serviços Domésticos, há uma particular concentração de mulheres;
- Se levarmos em consideração o tamanho dos ramos de atividades, a desigualdade de inserção fica mais evidente, já que nos maiores ramos – indústria, construção e comércio – a predominância masculina é clara. Nos serviços sociais e domésticos, por outro lado, constata-se a predominância feminina. Novamente, os ramos menos expressivos em termos quantitativos são os mais integrados;
- Analisando os tipos de ocupação segundo a predominância de cada sexo, as distribuições masculinas e femininas não apresentam uma

tendência clara de mudanças até o final da década de 90, quando é constatado um declínio nas proporções de mulheres e homens nas ocupações com predominância de seu respectivo sexo e um aumento correspondente nas ocupações integradas;

- Vale mencionar que o número de ocupações predominantemente femininas é menor; isto implica que as mulheres estejam mais concentradas em poucas ocupações, enquanto os homens estão em um conjunto mais amplo;
- A persistência da prevalência de ocupações predominantemente femininas e masculinas e o pequeno aumento da proporção de ocupações integradas explicam em parte a manutenção dos altos níveis de segregação ocupacional por sexo no Brasil;
- Esta relativa imutabilidade dos indicadores, ainda que esteja sendo apontada uma pequena melhoria em relação à proporção de pessoas em ocupações integradas, sugere que os estereótipos de sexo das ocupações, que as levam a serem rotuladas como masculinas e femininas, contribuem para a persistência da segregação ocupacional por sexo;
- As mulheres continuam se concentrando em poucas ocupações predominantemente femininas e, na medida em que aumentam sua participação no mercado de trabalho, mantêm esta tendência. Contudo, o aumento da proporção de ocupados mais qualificados, no que se refere ao nível de escolaridade, os quais apresentam os perfis de inserção ocupacional mais integrados, sugerem a perspectiva de mudanças nos níveis de segregação no Brasil;
- Apesar do crescimento da participação feminina na força de trabalho e sua maior representação nas ocupações integradas, o diferencial salarial por sexo pouco se estreitou durante as duas últimas décadas;
- Comparando homens e mulheres idênticos em suas características,

ou seja, com o mesmo nível de escolaridade, mesma idade, mesmo setor de atividade e mesma região, o diferencial salarial líquido resultante assume valores negativos para todos os tipos de ocupações, penalizando as mulheres em qualquer situação. Valores menos negativos são observados em ocupações predominantemente masculinas, o que indica que, controlando por variáveis individuais e ocupacionais, estas são as ocupações nas quais as mulheres têm melhores condições;

- Em 2000, a proporção de mulheres entre os ocupados de nível de educação superior representa cerca de 52%. As formações femininas predominantes são na área de ciências humanas e sociais, as quais se traduzem em uma inserção tradicional de ocupações femininas. Formações que representam maiores níveis de rendimentos, como Engenharia, Medicina, Direito, Computação e outras ciências exatas apresentam baixos níveis de participação das mulheres;
- Na maioria das formações, a incompatibilidade é maior para as mulheres, podendo ser destacado que, nos cursos tradicionalmente masculinos, o diferencial entre homens e mulheres é maior. Isto que dizer que, ainda que as mulheres estejam em maior medida em cursos tradicionalmente masculinos, elas não se inserem em uma ocupação compatível com sua formação, o que representa uma evidência adicional da persistência da segregação ocupacional por sexo.

Referências Bibliográficas:

Blau, Francine D., Marianne A. Ferber, and Anne E. Winkler. 1998. "The Economics of Women, Men, and Work". 3rd ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Goldin, Claudia. "The rising (and then declining) significance of gender," NBER Working Papers no. 8915. 2002.

IBGE. Mapa do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, 1994.

Lavinas, Lena. 1997. "Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete" in Dados, vol.40, n.1, pp.41-67.

Leme, C.; Wajnman, S. Tendências De Coorte Nos Diferenciais De Rendimento Por Sexo. In: Henriques, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

Oliveira, A. M. H. C.; Machado, A. F. Mobilidade Ocupacional e rendimentos no Brasil Metropolitano – 1991/96. Rio de Janeiro: Pesquisa e Planejamento Econômico. v. 30, n. 1, pp. 117-156. abril 2000.

Resende, A. G. Desigualdade de rendimento por gênero no Brasil: uma análise a partir dos arranjos familiares. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. 2005. Monografia (Economia).

Wajnman, Queiroz BL, Liberato VC. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. 1998.

Wajnman, S., Perpétuo, I. H. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho formal brasileiro. *Nova Economia*, v. 7, n.1 Departamento de Ciências Econômicas/UFMG, maio 1997.

Anexo

QUADRO 1: TIPOLOGIA DE INTEGRAÇÃO DAS OCUPAÇÕES

Predominantemente Femininas

Ocupações domésticas remuneradas
 Ocupações dos serviços de higiene pessoal
 Cientistas sociais
 Ocupações auxiliares do ensino
 Professores
 Funções burocráticas ou de escritório
 Ocupações das comunicações
 Ocupações da indústria têxtil
 Ocupações da indústria do vestuário
 Médicos, dentistas e especialistas assemelhados
 Ocupações auxiliares da engenharia e arquitetura

Integradas

Escritores e jornalistas
 Lojistas
 Chefes e encarregados de seção de serviços administrativos de empresas
 Ocupações dos serviços de alojamento e alimentação
 Ocupações auxiliares da justiça
 Ocupações auxiliares da medicina e odontologia
 Ocupações auxiliares da química, farmácia e física
 Ocupações auxiliares da contabilidade, estatística e análise de sistemas
 Diretores e Chefes na Administração Pública

Magistrados, advogados e especialistas assemelhados
Administradores e gerentes de empresas
Economistas, contadores e técnicos de administração

Predominantemente Masculinas

Empregadores
Matemáticos, estatísticos e analistas de sistemas
Engenheiros, arquitetos e especialistas assemelhados
Agrônomos, biólogos, veterinários e especialistas assemelhados
Químicos, farmacêuticos, físicos e especialistas assemelhados
Viajantes, representantes e praticantes
Atletas profissionais e funções afins
Artistas, ocupações afins e auxiliares
Ocupações das indústrias de alimentação e bebidas
Ocupações da indústria gráfica
Ocupações da indústria do couro
Ocupações das indústrias de cerâmica e vidro
Ocupações das indústrias de madeira e móveis
Ocupações das indústrias mecânicas e metalúrgicas
Mestres, contramestres e técnicos de indústrias de transformação e construção civil
Eletricistas
Ocupações da indústria da construção civil
Ocupações dos transportes ferroviários
Ocupações dos transportes marítimo, fluvial e lacustre
Ocupações dos serviços portuários
Ocupações dos transportes rodoviário e animal
Ocupações do transporte aéreo

Garimpeiros
Trabalhadores da extração de petróleo e gás
Mineiros
Sondadores de poços
Operadores de máquinas de extração e beneficiamento de minérios e pedras
Porteiros, ascensoristas, vigias e serventes
Ocupações da defesa nacional e segurança pública

Biografia das autoras

ANA FLÁVIA MACHADO

Ana Flávia Machado é economista formada pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1985. Em 1993, concluiu o mestrado em Economia, área de concentração em Demografia Econômica, no CEDEPLAR. Em 2000, obteve o doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em 1995, foi aprovada no concurso para professor assistente na UFMG. Hoje, com o doutorado já concluído, é Professora Adjunta no Departamento de Ciências Econômicas e ocupa o cargo de Chefe do Departamento.

Ana Flávia tem lecionado economia do trabalho, macroeconomia e econometria. É pesquisadora do CNPq e tem trabalhado nas áreas de mercado de trabalho e de avaliação de políticas sociais, com vários artigos já publicados no Brasil.

ANA MARIA HERMETO CAMILO DE OLIVEIRA

Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira é economista formada pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1990. Em 2002, concluiu o doutorado em Demografia, com especialização em Economia da População, no CEDEPLAR, tendo passado os anos de 1999 e 2000 no Population Studies Center, da Universidade de Michigan, em Ann Arbor, Estados Unidos.

Desde 2004, é professora adjunta no Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, onde tem lecionado econometria. É pesquisadora do CEDEPLAR desde 1991, trabalhando nas áreas de métodos quantitativos e economia social, com vários artigos já publicados no Brasil.

SIMONE WAJNMAN

Simone Wajnman formou-se em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1983. Obteve o grau de Mestre em Demografia no CEDEPLAR/UFMG em 1989 e o de Doutorado em 1995. Complementando sua formação, fez estágio de pós-doutoramento no Office of Population Research da Universidade de Princeton no período 2001-2002.

É Professora Adjunta do Departamento de Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais desde 1996, e leciona nos cursos de graduação em Economia, Ciências Atuariais e Sociologia e no curso de Pós-graduação em Demografia. É também pesquisadora do CEDEPLAR/UFMG, tendo como áreas de interesse demografia econômica, mercado de trabalho e distribuição de renda. É Pesquisadora do CNPq e ocupa atualmente o cargo de Vice-Presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

Sobre o CEDEPLAR/UFMG

O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) é o centro de pós-graduação em Economia e Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem uma larga tradição de ensino e pesquisa nas áreas de economia e demografia, o que inclui a temática de políticas sociais e de trabalho. O mundo de trabalho seria, pois, o espaço mais visível da interseção entre estes dois campos do conhecimento. Os trabalhos elaborados no âmbito desse centro de pesquisa atestam a importância da análise demográfica e da pesquisa empírica para o conhecimento dos processos subjacentes à dinâmica das relações de trabalho e mostram, com clareza, a interface entre população e economia.

As preocupações com temas relativos ao mundo do trabalho no CEDEPLAR originaram-se na década de setenta, quando eram abundantes as discussões sobre a estrutura do mercado de trabalho, sua dinâmica e suas imperfeições. No CEDEPLAR, as pesquisas são iniciadas seguindo a tradição da demografia – estudos empíricos com ênfase na análise da participação na força de trabalho por idade e sexo, suas tendências, estruturas, mudanças e identificação de seus padrões. Hoje, essas pesquisas ainda se fazem presentes, mas está sendo desenvolvida uma agenda de avaliação de impactos de políticas sociais com maior intensidade do que no passado.

Sobre a Organização Gelre

Organização Gelre: 42 anos de excelência no recrutamento, seleção e administração de profissionais em todo Brasil

Pioneira em trabalho temporário no Brasil, a Gelre é uma empresa de recursos humanos que atua há quatro décadas no País. Atualmente, também abrange as áreas de trabalho efetivo e estágios. São mais de dois milhões de currículos em banco de dados, 4.500 clientes e quase 40 mil trabalhadores administrados por mês. Suas principais áreas de atuação são: varejo, construção civil, industrial, administrativo, contábil, agrícola, inclusão social, informática, treinamento, seleção de executivos e promoção e eventos.

Para atender a esta demanda de vagas e candidatos, a Organização possui 91 unidades no Brasil e 8 na Argentina, onde oferece assessoria para empresas que desejam operar no Mercosul. Fazem parte de sua estrutura treze empresas coligadas (Gelre Trabalho Temporário, Atra Prestadoras de Serviços, Central de Estágios Gelre, Planservice, Plansevig, Plantech, Interclean, Omnia, ASM, GGi, Atra SI, Gelre Agrícola e Rentalcenter) e seis divisões (Construção Civil, Responsabilidade Social, Recrutamento e Seleção, Treinamento, Promoção (GPP) e Executivos (Task Force). Todas originadas para oferecer soluções eficazes às necessidades específicas de seus clientes.

Os profissionais que buscam colocação ou recolocação no mercado de trabalho, por sua vez, contam com a facilidade de se candidatar às vagas de todas as regiões do País sem nenhum custo, pois os encargos ficam reservados às empresas e aos parceiros que utilizam os serviços da organização.

Para otimizar ainda mais a relação entre empregado e empregador, o portal Gelre.com.br oferece as mais avançadas soluções on line de recursos humanos. Os clientes podem divulgar suas vagas, reduzindo custos e ganhando agilidade no processo de seleção e recrutamento.

Ultrapassando obstáculos

Segundo o IBGE, 14,7% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência. Sensível a esses dados, a Gelre criou a Divisão de Responsabilidade Social, que busca incluir o profissional com deficiência, bem como o de terceira idade, na sociedade por meio de seu trabalho, possibilitando superar suas limitações e aproveitar seu potencial no processo produtivo. É oferecido suporte para as companhias que querem contratar profissionais nestas condições e para o trabalhador em suas necessidades específicas.

Até hoje, quatro anos após sua inauguração, a Divisão de Responsabilidade Social encaminhou mais de 1.700 profissionais com deficiência para o mercado de trabalho, nas mais diversas atividades. Além disso, conta com um banco de dados com mais de mais de 9.640 currículos cadastrados pelo Brasil.

Primeira oportunidade

Atuando como agente de integração entre empresa, estudante e instituição de ensino, a Central de Estágios Gelre busca proporcionar aos alunos de ensino médio, profissionalizante, universitário e de educação especial a oportunidade de uma colocação no mercado de trabalho através da prática do estágio. A divisão oferece entre seus serviços amplo cadastro regionalizado de estudantes, relatório de acompanhamento e controle de frequência.

Diversidade e especialidade

Outras divisões e empresas parceiras especializadas fazem parte da Organização, cuidando de áreas diversas como: medicina e engenharia de segurança do trabalho, terceirização de administração de pessoal em regime C.L.T., terceirização plena e back office, terceirização de segurança e vigilância, tecnologia em segurança eletrônica e home automation. Estão incluídos ainda tecnologia em serviços de limpeza, soluções de informática para Recursos Humanos (softwares, e-recruitment, etc.), administração de trabalhador rural, terceirização total das rotinas de administração de pessoal e recursos humanos – BPO (Business Process Outsourcing), consultoria de informações trabalhistas e previdenciárias e locação de itens para feiras/eventos / construção civil / engenharia.

Outros Estudos já publicados

1

**BRASIL: ESTAGNAÇÃO E CRISE
AGOSTO/2004**

2

**OS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO
DO BRASIL
FEVEREIRO/2005**

**Gelre Coletânea - Série Estudos do Trabalho
é uma publicação da Organização Gelre.**

Conselho editorial: Jan Wiegerinck, Paulo Belleza e
Cláudia Cerresi Nogueira. **Concepção, realização
e coordenação:** Andreoli/MS&L.

Jornalista responsável: Judith Meirelles MTb 18.808.

Produção gráfica: More-AI. **Projeto de Capa:** GPP.

Contato: Div. de Comunicação e Imprensa - Organização Gelre -
Rua 24 de Maio, 35 - 7º andar - Centro - 01041-001 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3351-3733 - marketing@gelre.com.br

Gelre Coletânea



Gelre Coletânea
Coleção de fascículos
publicados pela
Organização Gelre.

Agosto/2005

Série Estudos do Trabalho

 **Organização Gelre**
Gerando Valor

**Sexo frágil? Evidências sobre
a inserção da mulher no mercado
de trabalho brasileiro**

3